



Universidade de Brasília
Favculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

JÚLIA SANTOS RAMALHO

O PAPEL DO TERCEIRO SETOR PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL

Brasília
2025

JÚLIA SANTOS RAMALHO

**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO
DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL**

Monografia apresentada ao Departamento de
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Tatiana Lemos Sandim

Brasília – DF
2025

JÚLIA SANTOS RAMALHO

**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO
DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Júlia Santos Ramalho

Dra. Tatiana Lemos Sandim
Professora-Orientadora

Dra. Rosana de Freitas Boullosa,
Professora-Examinadora 1

Brasília, 12 de fevereiro de 2025

Dedico este trabalho a todas as pessoas interessadas em construir um mundo mais justo e participativo, principalmente aquelas que são invisibilizadas.

A minha mãe Ana Carla, que me ensinou a ler, despertou minha paixão pelos estudos e me apoiou durante toda a trajetória acadêmica

Ao meu pai Waldeir, que me auxiliou nos estudos para que eu pudesse realizar o sonho de estudar na Universidade de Brasília e me apoiou em estudar o que gosto.

Aos meus avós Euram e Antonina que sempre vibraram por cada conquista minha e me colocavam em suas orações.

A minha orientadora Tatiana que, além de ter sido fundamental para o desenvolvimento do trabalho, também se tornou uma grande amiga e conselheira.

Aos meus amigos, que foram primordiais para que esse processo fosse mais leve e divertido.

A Theresa, Rafael, Márcia, Marina e Reyla, que me acolheram nas instituições participantes e possibilitaram que esta pesquisa fosse produzida.

Ao Salustiano, Cleusa, Bruna, Paulo, Pedro, Anthony, Magalli, Guilherme, Rômulo, Wanderson, e tantos outros, que também me acolheram e dividiram um pouco da sua vida comigo, mudando minha perspectiva de pesquisa e de mundo.

Á mim, por toda a resiliência, força e alegria durante esse processo, e ao meu eu futuro, para que possamos pensar em um mundo melhor a partir daqui.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a dona Cleusa e ao Paulo por todo o apoio, acolhimento, conselhos e conversas a respeito das vivências de vida e de rua no Setor Comercial Sul, eles foram essenciais para o meu trabalho e para minha vida. Também gostaria de agradecer ao Salustiano pela confiança em mim e por conceder a entrevista, e a toda a comunidade do Setor Comercial Sul, como a Bruna, Pedro, Magali, Maicon, Anthony, Wanderson, Rômulo, Pedro e muitos outros.

Quero agradecer a Theresa e o Rafael, do Instituto Cultural e Social No Setor, por me abrirem as portas e estarem a disposição para esclarecer quaisquer assuntos. Em especial a Theresa, por me conceder uma entrevista que foi fundamental e mudou o curso da minha pesquisa, e a Márcia, fundadora do Café com Escuta, que criou um projeto tão lindo que foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, projeto em que criei laços muito importantes.

Também gostaria de agradecer à minha orientadora Tatiana que me ajudou a manter a calma diante dos momentos difíceis e acreditou em mim quando eu não acreditei. Na mesma linha, gostaria de agradecer a professora Elisabeth e a Christiana pela compreensão e excelentes aulas ministradas durante o semestre.

Agradeço aos meus amigos Matheus, Lucas, Luiz e Gabriel que estiveram do meu lado em todas as etapas deste trabalho me ouvindo, ajudando e apoiando, e tornaram esse momento especial e único. Um agradecimento especial a minha amiga Érica, por me ajudar diretamente durante a residência e deixar esse processo mais fácil, e a todos os meus amigos do curso que acreditam nas políticas públicas como um instrumento para (re)afirmar a democracia, a participação social nas decisões públicas, e um Brasil mais justo socialmente, politicamente e economicamente.

Por fim, gostaria de agradecer a minha família, em especial meus pais, que foram a base para que eu pudesse chegar até aqui. Me incentivaram e despertaram a curiosidade que era necessária para entender o mundo e também os seus problemas, ao ponto de também despertar a minha curiosidade de como conduzi-los para resolver, mesmo que eu ainda esteja em busca das respostas.

O ator público e o ator privado devem ser capazes de desenvolver estratégias de ação que, efetivamente, tenham repercussões palpáveis sobre o desenrolar de determinada ação pública a ponto de modificá-la, aprimorá-la, ampliar o seu espectro de ação ou, até mesmo, abortá-la. (LASCOUMES, P. GALÉS, P., 2012, p. 18)

RESUMO

O presente estudo propõe uma análise aprofundada do papel desempenhado pelo terceiro setor nas ações públicas voltadas à população em situação de rua no Setor Comercial Sul. A política pública central analisada nesta pesquisa é a Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto Nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, a qual estabelece as diretrizes, direitos e objetivos para a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas a essa população. A pesquisa adota como recorte territorial o Setor Comercial Sul, uma área caracterizada por múltiplos conflitos entre seus frequentadores e marcada por um processo de esvaziamento. As metodologias empregadas para a condução deste estudo incluem a pesquisa documental e bibliográfica, bem como a realização da observação participante e entrevistas. Deste modo, este estudo busca compreender o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul, a partir da identificação das organizações do terceiro setor atuantes na região, da análise dos objetivos dessas organizações e da forma como as ações públicas e os diversos atores se relacionam nas redes de políticas públicas voltadas para o atendimento dessa população na região. Por meio dessa investigação, espera-se contribuir para a compreensão das dinâmicas existentes entre o terceiro setor, a população em situação de rua e as ações públicas no Setor Comercial Sul, oferecendo uma reflexão crítica e humanizada sobre os desafios e as possibilidades de transformação social nesse contexto.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Terceiro Setor. Ação Pública. Redes de Políticas Públicas. Setor Comercial Sul.

ABSTRACT

This study presents a detailed analysis of the third sector role in public initiatives targeting the homeless population in the Setor Comercial Sul. This research is focused on the National Policy for the Homeless Population, established by Decree N° 7053 on December 23, 2009, which outlines the guidelines, rights, and objectives for the development and implementation of public policies aimed at this population. The study concentrates on the Setor Comercial Sul, an area characterized by conflicts among its residents and a noticeable decrease in population. To conduct this study, it was utilized documentary and bibliographical research, participant observation, and interviews. This research aims to comprehend the role of the third sector for the homeless population in the Setor Comercial Sul, identify third sector organizations operating in the region, analyze their objectives, and examine how public policies and various organizations of the third sector interact in the public policy networks focused on assisting this population in the area. This analysis intent to provide insight into the dynamics between the third sector, the homeless population, and public actions in the Setor Comercial Sul, ultimately offering a critical and humanized reflection on the challenges and possibilities of social transformation in this context.

Key-words: Homeless Population. Third Sector. Public Action. Public Policy Network. Setor Comercial Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos analisados:	35
Quadro 2 – Síntese dos diários de campo produzidos:	37
Quadro 3 – Quadro de entrevistados:	42
Quadro 4 – Atividades conduzidas pelo Instituto Cultural e Social No Setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul:	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
CAPS - AD – Centro de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas
CAS - DF – Conselho de Assistência Social do Distrito Federal
CAU - DF – Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CIAMP-Rua – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
CGRIS – Coordenação-Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DDPR – Diretoria de promoção dos Direitos da População em Situação de Rua
GDF – Governo do Distrito Federal
MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do estado Brasil
MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NS – Instituto Cultural e Social No Setor
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização Não-Governamental
OSC – Organização da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNP – Programa Nacional de Publicização
PNPSR – Política Nacional para a População em Situação de Rua
SCS – Setor Comercial Sul
SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Especial
SECEC – Secretaria de Cultura e Economia Criativa
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal
SEDET – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal
SES – Secretaria de Saúde do Distrito Federal
SETRAB – Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal
SNDH – Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
STF - Supremo Tribunal Federal
SUAS – Serviço Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O SETOR COMERCIAL SUL: TERCEIRO SETOR, AÇÃO PÚBLICA E REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	..19
1.1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	..21
1.2. SETOR COMERCIAL SUL	..22
1.3. TERCEIRO SETOR	..25
1.4. AÇÃO PÚBLICA E REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	..28
2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	..32
2.1. TIPO E DESCRIÇÃO GERAL DA PESQUISA	..32
2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	..34
2.3. PARTICIPANTES DO ESTUDO	..40
2.4. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	..43
3. RESULTADOS	..44
3.1. AS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR E OS OBJETIVOS DA ATUAÇÃO EM PROL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA REGIÃO DO SETOR COMERCIAL SUL	..45
3.1.1. INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL NO SETOR	..50
3.1.2. CAFÉ COM ESCUTA	..52
3.2. ESTRATÉGIAS E AÇÕES UTILIZADAS PELO TERCEIRO SETOR PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS	..52
4. O PAPEL DO TERCEIRO SETOR PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL	..59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	..68
REFERÊNCIAS	..71
APÊNDICES	..75
ANEXOS	..80

INTRODUÇÃO

Desde a formação das cidades, o fenômeno social da população em situação de rua tem se manifestado com frequência nos centros urbanos, embora raramente seja priorizado na agenda pública. A ausência de uma resposta eficaz e contínua do Estado a essa questão abriu espaço para a atuação de outras instituições, especialmente o terceiro setor, que vem desempenhando um papel ao suprir as lacunas deixadas pelas políticas públicas e ao oferecer suporte para essa população vulnerável. Esta pesquisa busca compreender este fenômeno focalizando a atuação de instituições do terceiro setor voltadas para o atendimento da população em situação de rua no Setor Comercial Sul no Distrito Federal.

O tema da situação de rua já foi abordado e reconhecido amplas vezes na arte, como na literatura modernista brasileira, exemplificada pela obra “Capitães de Areia”, de Jorge Amado. Nesse livro, o autor retrata a vida de um grupo de cerca de quarenta jovens, com idades entre 9 e 16 anos, que residem em um armazém abandonado no cais do Porto, em Salvador. Amado explora a “educação e vivência” de rua desses personagens, que, são totalmente diferentes entre si, evidenciando a heterogeneidade da população em situação de rua. Essa abordagem literária sublinha a diversidade e a complexidade inerentes a esse fenômeno social. Outras obras literárias como “Vidas Secas” de Graciliano Ramos também abordam essa temática de outra maneira, na área rural, a partir da narrativa das dificuldades enfrentadas por uma família de retirantes nordestinos em busca de melhores condições de vida. Embora a obra não se concentre especificamente na população em situação de rua urbana, ela retrata a precariedade e a exclusão social de indivíduos que, em razão da seca e da miséria, são forçados a abandonar suas terras e a vagar sem destino.

A cinematografia brasileira, em especial, tem abordado a temática da rua de forma contundente. Um exemplo marcante é o filme “Pixote, a lei do mais fraco”, de Hector Babenco. A obra, lançada em 1981, retrata com crueza a vida de um menino de rua no Rio de Janeiro, que, desde criança, é exposto à violência, à exploração e à miséria. Pixote se torna um símbolo da desumanização e da marginalização, revelando as profundas desigualdades sociais e a fragilidade das políticas públicas para essa população. Através de uma linguagem visceral e realista, o filme denuncia as condições subumanas a que são submetidas as crianças e adolescentes em situação de rua, tornando-se um marco na história do cinema brasileiro e um importante documento sobre a realidade social do país.

Reconhecer a antiguidade dessa questão social não implica em afirmar sua

insolubilidade, mas sim destacar sua complexidade e a urgência de desenvolver novas estratégias de enfrentamento. Nesse contexto, a literatura acadêmica enfatiza que compreender e construir conhecimento sobre a população em situação de rua é um passo inicial essencial na busca por soluções. No campo da gestão pública, o fenômeno da situação de rua é frequentemente classificado como um "problema complexo" (Rittel, Webber, 1973), caracterizado pela dificuldade de ser fragmentado em partes solucionáveis. Para enfrentar questões dessa natureza, são necessárias ações transversais e intersetoriais, que muitas vezes carecem de uma base teórica robusta e de um aprendizado contínuo a partir de práticas bem-sucedidas, ainda raras na administração pública brasileira.

A trajetória de levantamentos oficiais sobre a população em situação de rua no Brasil ainda é recente. No início da década de 1990, a obra "População de Rua: quem é, como vive, como é vista", organizada por Maria Vieira, Eneida Bezerra e Cleisa Rosa (1992), destacou a escassez de estatísticas precisas e confiáveis sobre essa população no país. Este marco sinaliza o início da inclusão da pesquisa sobre a população em situação de rua na agenda política brasileira.

Os registros oficiais mais antigos relacionados a essa população no Brasil remontam ao Censo da População em Situação de Rua realizado em Belo Horizonte, em 1998, que identificou cerca de 1.120 pessoas vivendo nas ruas. Desde então, outras pesquisas com objetivos semelhantes foram conduzidas para contar a população em situação de rua e caracterizar seu perfil.

Com o intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para essa população no Brasil, foi realizada, em 2009, uma pesquisa de âmbito nacional intitulada "Rua: Aprendendo a Contar". Esta pesquisa foi de suma importância, pois supriu uma necessidade urgente de dados estatísticos confiáveis, essenciais para a criação de políticas públicas eficazes que atendam às necessidades dessa população e melhorem a prestação de serviços. No Distrito Federal, um estudo recente foi conduzido com o objetivo de quantificar e traçar o perfil da população em situação de rua na região. O relatório "Perfil da População em Situação de Rua do Distrito Federal" foi publicado pela Codeplan em junho de 2022, com o intuito de "subsidiar proposições legislativas, intervenções e políticas públicas alinhadas às necessidades dessa população" (Codeplan, 2022, p. 9).

No último relatório realizado em 2023 pelo MDHC, pode-se observar que em 2016 cerca de 1.598 pessoas se declararam em situação de rua em contraste a aproximadamente sete

mil pessoas que estavam em situação de rua na capital federal¹ em 2023. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes - que utiliza outra metodologia), entre 2019 e 2022, a população em situação de rua cresceu cerca de 495%.

Esse fenômeno, que tem se intensificado no Brasil, especialmente no Distrito Federal, foi acelerado pela pandemia² com o aumento dos casos de migração para a situação de rua, conforme dados do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania em parceria com o Observatório de Direitos Humanos (MDHC).

Com o aumento do número de pessoas vivendo em situação de rua, espera-se que o governo volte suas atenções de maneira combativa para a situação de rua, que representa uma forma extrema de pobreza e denuncia um problema público gravíssimo. Entretanto, o que se observa é que a ação governamental, especialmente no Setor Comercial Sul (SCS), é que mesmo que existam serviços socioassistenciais no SCS, muitas ações são capitaneadas pelas instituições de segurança e zeladoria urbana que retiram os pertences e os documentos das pessoas que usam o espaço como moradia.³

Para além disso, a violência contra a população em situação de rua não se limita apenas ao Estado. Um evento marcante para a população brasileira, especialmente para os brasilienses, ocorreu em 1997, quando cinco jovens de classe média atearam fogo no líder indígena Galdino⁴, sob a alegação de que o confundiram com um “mendigo”. Esse episódio, ocorrido em Brasília, foi um marco para a criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)⁵ que, principalmente com esse evento, unificou a luta pelos direitos dessa população.

A partir desses acontecimentos, houve uma crescente conscientização da sociedade civil sobre a desumanização da população em situação de rua, levando à criação de diversas organizações do terceiro setor com o objetivo de reintegrar, assistir e facilitar o acesso à cultura

¹ [Relatório Preliminar População em Situação de Rua - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal](#)

² [População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil](#)

³ [Vídeo: DF Legal e PM recolhem cobertores e documentos de pessoas em situação de rua \(correiobrasiliense.com.br\)](#)

⁴ [Índio Galdino morto em 20 de abril de 1997. | Distrito Federal | G1 \(globo.com\)](#)

⁵ É difícil estimar uma data de surgimento do MNPR, porém várias datas foram marcantes para a criação e o fortalecimento do movimento enquanto organização. Alguns militantes dizem que a população em situação de rua começou a se organizar a partir de 2001, com a 1ª Marcha da População em Situação de Rua em São Paulo, no dia 7 de junho. Outros afirmam que o Movimento começou antes mesmo da marcha, considerando o início quando um grupo de jovens de classe média atearam fogo no Índio Galdino dizendo terem o confundido com um “mendigo”. Outra terceira via considera o ano de criação do movimento organizado em 2004, após a Chacina da Sé, na qual um grupo de pessoas em situação de rua que dormia no centro da cidade de São Paulo sofreu uma série de ataques violentos durante os dias 19 e 22 de agosto de 2004.

para essa população, por meio de ações públicas. Desde então, o terceiro setor, como por exemplo, organizações da sociedade civil (OSC), coletivos e movimentos sociais, têm se tornado aliados na luta do MNPR em todo o país e também no Distrito Federal, especialmente no Setor Comercial Sul.

Localizado no centro do Distrito Federal, o Setor Comercial Sul é um território que, ao longo dos anos, tem se consolidado como um microcosmo das desigualdades sociais e econômicas que permeiam a capital do país. Planejado inicialmente como um polo comercial e econômico vibrante, o Setor Comercial Sul, devido ao seu posicionamento estratégico na área central, tornou-se um espaço de intensa circulação para diferentes camadas sociais. Esse fluxo, que envolve desde servidores públicos e comerciantes até advogados e pessoas em situação de rua, faz com que as contradições sociais da cidade se tornem especialmente visíveis. O abandono físico e estrutural da região, evidente em suas edificações deterioradas e espaços públicos desassistidos, contrasta com a vitalidade econômica que ainda persiste em algumas áreas, gerando um ambiente paradoxal e desafiador.

Essas características fazem do Setor Comercial Sul um território emblemático para o estudo das dinâmicas de exclusão social, especialmente a população em situação de rua, e das respostas que emergem da sociedade civil organizada. A coexistência de uma população tão diversa e heterogênea em um espaço marcado por contrastes extremos oferece uma rica oportunidade para analisar como as organizações do terceiro setor se mobilizam para as ações públicas em prol da população em situação de rua, buscando mitigar os impactos da vulnerabilidade social e promover a inclusão de indivíduos que, de outra forma, estariam à margem da sociedade.

Num contexto como o do Setor Comercial Sul, dado o caráter heterogêneo dos problemas enfrentados pela população em situação e os diversos atores presentes no território, as redes de políticas públicas se tornam indispensáveis. No caso da população em situação de rua, as redes de políticas públicas desempenham um papel central na articulação de serviços e no fornecimento de recursos essenciais. No SCS, essas redes envolvem órgãos públicos responsáveis por assistência social e saúde psicossocial/física, organizações do terceiro setor e em alguns casos, do setor privado e dos próprios indivíduos beneficiados pelas políticas, criando um sistema interconectado onde a colaboração e a coordenação são fundamentais.

As redes de políticas públicas são estruturas complexas e dinâmicas, formadas por uma multiplicidade de atores que interagem para a formulação e implementação de políticas que visam atender às necessidades da população (Calmon; Costa, 2013). Para entender as redes de

políticas públicas, é necessário compreender a teoria da ação pública, pois ela oferece uma perspectiva fundamental para entender como essas redes se articulam na construção e implementação de iniciativas externas ao bem comum. A ação pública, segundo Lascoumes e Le Galès (2012), envolve modos de intercâmbio e agregação entre atores individuais e coletivos, destacando-se por uma abordagem que privilegia a construção de políticas a partir das demandas e necessidades locais. Neste estudo, o termo “ação pública” será utilizado para designar o conjunto de ações desenvolvidas pelas instituições públicas e não públicas – do terceiro setor, a partir de uma perspectiva bottom-up, com “modos de intercâmbio e agregação entre atores individuais e coletivos” (Lascoumes, Le Galès, 2012, pág. 48).

Ao aplicar a teoria da ação pública ao estudo do papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul, é possível compreender como as organizações não governamentais atuam em conjunto com outros atores para promover a inclusão social e defender os direitos básicos dessa população. Essas ações, que se desenvolvem dentro das redes de políticas públicas, buscam não apenas mitigar os efeitos imediatos da pobreza e da exclusão, mas também criar condições para uma transformação social mais profunda, onde essa população possa ser efetivamente reintegrada à sociedade. Assim, as iniciativas realizadas pelo terceiro setor, mediadas pelas redes de políticas, surgem como um mecanismo essencial para enfrentar os desafios estruturais que afetam os mais vulneráveis no contexto do SCS.

Com esta pesquisa, aprofundamos a compreensão da dimensão coletiva e social na construção de ações públicas mais participativas para a complexa realidade da população em situação de rua, um fenômeno que se intensificou nos últimos anos e que exige uma abordagem multidimensional.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, enfrenta desafios significativos que comprometem sua eficácia na garantia dos direitos dessa população vulnerável. Um dos principais entraves é a insuficiência na implementação das diretrizes estabelecidas, resultando em uma lacuna entre a formulação das políticas e sua execução prática. Conforme destaca Sarmiento (2020), embora a Constituição Federal reconheça os direitos sociais como fundamentais e exista uma política nacional específica, os atos normativos frequentemente carecem de programas que efetivamente implementem as diretrizes propostas, evidenciando uma disfuncionalidade nas políticas destinadas a essa população.

No contexto do Distrito Federal, o Governo do Distrito Federal (GDF) enfrenta

dificuldades adicionais no atendimento à população em situação de rua. Fatores como a ausência de endereço fixo, a falta de documentação civil básica e, em alguns casos, a aversão ao contato com agentes públicos tornam desafiadora a localização e abordagem dessas pessoas. De acordo com o relatório "Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal" (Codeplan, 2021), essas características dificultam a prestação de serviços e a implementação de políticas públicas eficazes para esse grupo.

Ademais, a complexidade e a heterogeneidade da população em situação de rua exigem abordagens diversificadas e específicas. A adoção de soluções generalizadas desconsidera as particularidades de cada indivíduo, comprometendo a eficácia das intervenções. Portella (2023) enfatiza a necessidade de projetos específicos para diferentes grupos dentro da população de rua, reconhecendo que tratar essa questão de forma homogênea é inadequado e ineficaz. No Distrito Federal em questão, essas dificuldades são ampliadas por desafios logísticos e pela necessidade de abordagens individualizadas, exigindo um esforço contínuo e coordenado para superar as barreiras existentes e garantir a efetividade das ações públicas destinadas a essa população.

É a partir dos desafios citados acima que a participação do terceiro setor se torna essencial, dando voz àqueles que frequentemente não são ouvidos. Alguns autores indicam que essas falhas representam uma tentativa de “terceirização” da política pública, na qual o governo, de forma sistemática, se exime da responsabilidade pela execução de políticas e programas sociais, delegando implicitamente essa função às organizações do terceiro setor (Teodósio, 2004).

Embora a terceirização das políticas públicas seja, de fato, uma prática inadequada, uma vez que a execução dessas políticas é uma atribuição do Estado (como veremos adiante), é inegável a importância do crescimento da participação das instituições da sociedade civil no processo de implementação da ação pública. Lascoumes e Le Galés (2012), em sua obra “Sociologia da Ação Pública”, ressaltam que a ação pública é caracterizada pelos inter-relacionamentos e multiatorialidade, pelas interações entre indivíduos, pela formação de grupos, pelos mecanismos de coordenação, pelas regras do jogo e pelos conflitos. Os autores também destacam que são os movimentos sociais e os grupos de interesse os principais agentes responsáveis pelas “transformações das políticas públicas e pela contestação da ordem política” (p. 48).

Movidos por motivos diversos, como por exemplo a revitalização por meio da ocupação do Setor Comercial Sul, surgiram diversas instituições ligadas ao terceiro setor que

começaram a atuar na região com o propósito de trazer ações e visibilidade para o território. Nesse contexto, a partir do convívio com os moradores do SCS, como diz Theresa, membro do Instituto Social e Cultura No Setor (NS), que o No Setor se sensibilizou através da aproximação com a população do SCS e começaram as ações públicas, que se consolidaram posteriormente com o apoio das redes de políticas públicas frente às dificuldades de acesso do GDF a essa população.

A partir dessa interação entre o Instituto No Setor e as pessoas que vivem no Setor Comercial Sul, bem como os “(des)encontros” (Pires, Galiza, Mostafa, 2023) por vezes ostensivo do Governo do Distrito Federal junto à população em situação de rua nesta área, surge a seguinte questão central: qual o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul?

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul, e os objetivos específicos são:

1. Mapear as entidades do terceiro setor e os objetivos da atuação em prol da população em situação de rua na região do Setor Comercial Sul;
2. Identificar as estratégias e ações utilizadas pelo terceiro setor para a realização dos objetivos;
3. Analisar como os atores, com especial atenção ao terceiro setor, se relacionam na região do Setor Comercial Sul para o atendimento à população em situação de rua.

Para alcançar os objetivos específicos, foi usada nesta pesquisa qualitativa uma estratégia metodológica de observação participante, no qual foram realizados mapeamentos presenciais através de pesquisa de campo, e também levantamentos e análises de documentos e bibliografias. A observação participante permitiu a interação com os atores presentes no Setor Comercial Sul, principalmente com as entidades do terceiro setor observadas e a população em situação de rua, que foram as mais presentes durante todo o momento da pesquisa de campo. Esta técnica metodológica permitiu o entendimento do que é a ação pública ocorrida no local e a visualização das relações entre os atores e as ações públicas, no qual delineou a identificação de uma rede de políticas públicas que age durante essa interação entre os atores envolvidos e as ações públicas realizadas, no contexto do local e das organizações e comunidades assistidas.

As crescentes reportagens e relatos sobre a situação de rua no Setor Comercial Sul e as ações do governo em resposta a essa problemática, despertaram o interesse em estudar essa questão social e entender melhor qual o papel que o terceiro setor, que se faz presente no território, tem para a população em situação de rua do SCS.

No Setor Comercial Sul, área focal deste estudo, um censo realizado pelo Instituto Cultural e Social No Setor em 2022 apontou que cerca de 32% das pessoas em situação de rua afirmaram ter ido para as ruas após o início da pandemia. Os motivos destacados incluíram a perda de emprego (25%) e a perda de moradia (66,7%). Esses dados foram fundamentais para a escolha desta temática e território como objeto de estudo do papel do terceiro setor para a população em situação de rua que ali reside.

A população em situação de rua no Setor Comercial Sul é diversa e dinâmica, composta por indivíduos com diferentes histórias de vida, mas que compartilham a exclusão social como um denominador comum. Muitos encontram nas ruas do SCS não apenas um espaço de sobrevivência, mas também uma forma de resistência e de visibilidade social. A presença constante dessa população desafia as políticas públicas e o planejamento urbano de Brasília, evidenciando as falhas estruturais na garantia dos direitos básicos e na inclusão social.

Com base nesse entendimento, e partindo do pressuposto de que as organizações do terceiro setor não possuem a responsabilidade de solucionar, de forma isolada, um problema público tão complexo quanto a falta de moradia e a escassez de recursos e assistência, definiu-se que o tema desta monografia seria este crescente problema público no Distrito Federal, conforme exposto. Espera-se trazer à tona a questão social da situação de rua no Setor Comercial Sul, uma realidade que tem recebido pouca atenção acadêmica, especialmente sob a ótica das ações desenvolvidas pelo terceiro setor.

1. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O SETOR COMERCIAL SUL: TERCEIRO SETOR, AÇÃO PÚBLICA E REDES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, segundo o artigo 6º, que trata dos direitos sociais, o Estado tornou-se fundamental no processo de garantia das condições mínimas de sobrevivência para a população residente do país, principalmente aquelas que vivem em uma situação de vulnerabilidade social, por meio de políticas públicas que envolvem todos os setores da sociedade. Nesta seção, serão conceituados termos importantes para a discussão apresentada. É necessário compreender o conceito de população em situação de rua, o que é o terceiro setor, o que é ação pública e as redes de políticas públicas.

O Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 instituiu a **Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR)** com o propósito de garantir à população em situação de rua o acesso amplo, facilitado e seguro aos serviços e programas oferecidos pelos diversos órgãos do Governo Federal. Apesar de abordar uma problemática histórica, essa política é relativamente nova e busca preencher uma janela ainda presente: a efetivação dos direitos da população em situação de rua. Entre os principais pilares dessa política, destacam-se a garantia de processos participativos e de controle social nos programas contemplados, bem como o respeito à dignidade da pessoa humana, ao direito à igualdade e equidade, ao atendimento humanizado e universalizado, e à valorização das condições sociais e das diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa. Além disso, a política enfatiza a atenção especial às pessoas com deficiência, a valorização e respeito à vida e à cidadania, e o direito à convivência familiar e comunitária, conforme os direitos estabelecidos no texto completo do decreto.

Os principais atores públicos envolvidos na formulação e implementação dessa política incluem o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e Combate à Fome (MDS), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) (atual coordenador da agenda) e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua) - criado pelo Decreto nº 7.053/09, além das entidades estaduais, municipais e distritais vinculadas ao MDHC.

No caso do Distrito Federal, os principais atuantes dentro da esfera pública distrital é a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES - DF), a Subsecretaria de Atenção à Saúde (SAS), vinculada a Secretaria de Saúde (SES - DF), o comitê CIAMP - DF, e a Secretaria de

Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (SEDET - DF).

Segundo o Decreto, a Política Nacional para a População em Situação de Rua deve ser implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que aderirem por meio de instrumento próprio (Brasil, 2009). Para promover a elaboração de planos, programas e projetos, bem como para coordenar e propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas federais voltadas à implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), foi criada, por meio do Decreto nº 11.341, de 1º de janeiro de 2023, a Diretoria de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua (DDPR). Essa diretoria integra a estrutura da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (SNDH), vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) (BRASIL, 2023a). Além disso, no mesmo ano, foi realizada a ampliação e revisão da composição do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), reforçando o compromisso com o acompanhamento dessa política pública (BRASIL, 2023b).

É interessante mencionar o Plano Ruas Visíveis, lançado em 2024 pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania após Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (APDF) proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que tem como objetivo promover a efetivação dos direitos assegurados na PNPSR, através de seus 7 eixos intersetoriais. O Plano é uma oportunidade para a articulação e pactuação entre os entes federados para o cumprimento do Decreto 7.053/09, uma vez que o nível de adesão à política foi baixo, contando com apenas 18 municípios, seis estados e o Distrito Federal até 2013 (Brasil, 2024).

No contexto deste estudo, o foco recai sobre a participação da sociedade civil na ação pública, com ênfase no papel do terceiro setor nas redes de políticas públicas voltadas à população em situação de rua do Setor Comercial Sul. Essa atenção à participação da sociedade na formulação e execução de políticas públicas está em conformidade com os incisos VI e VII do parágrafo 6º do Decreto nº 7.053/2009, que tratam da participação desse setor da sociedade no controle social.

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas; (Brasil, 2009, art. 6º)

1.1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Nesse sentido, ao abordar a dimensão social e coletiva no contexto da ação pública, torna-se indispensável compreender quem é o público-alvo dessas iniciativas e quais são suas especificidades. O conceito por trás do termo "população em situação de rua" é polêmico, pois existe uma dificuldade entre os estudiosos em definir as características dessa população de maneira precisa e única, tanto porque este é um grupo heterogêneo quanto porque essa definição depende do contexto no qual esse fenômeno acontece (Codeplan, 2022).

No Brasil, o conceito oficial (Brasil, 2009) , considera população em situação de rua

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, art. 1º).

Uma das primeiras pesquisas municipais, realizada em São Paulo, definia a população em situação de rua como “a que sobrevive da rua, utilizando-a circunstancialmente ou de forma permanente como moradia” e que “indiscutivelmente se encontra numa situação de extrema pobreza” (Vieira, et al., 1992, p. 14, 18).

A adoção do termo "situação" para se referir às pessoas que vivem nas ruas busca destacar o caráter processual, dinâmico, transitório e singular dessa condição, refletindo a complexidade e as múltiplas camadas que envolvem esse fenômeno. Sob essa perspectiva, estar em situação de rua vai além do simples uso do espaço público como lugar para dormir; essa condição é profundamente influenciada por fatores culturais, políticos, históricos, sociais e econômicos (Seidmann et al., 2015).

Ao mesmo tempo, a situação de rua é uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, com consequências graves para a saúde e para a vida (Brasil, 2019). O termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos.

Para essas pessoas, viver na rua tem sido uma violência cotidiana que assume múltiplas formas: violência física e psicológica imposta pela exclusão social, violência da polícia, sequestro de pertences ou arbitrariedade, negligência ou ausência na assistência. São vítimas de abandono, discriminação, preconceito e menosprezo que resultam, em muitos casos, em

agressões, tentativas de homicídio, homicídios e também em infrações cometidas por agentes no desempenho de seus deveres⁶, como foi explicitado anteriormente.

1.2. SETOR COMERCIAL SUL

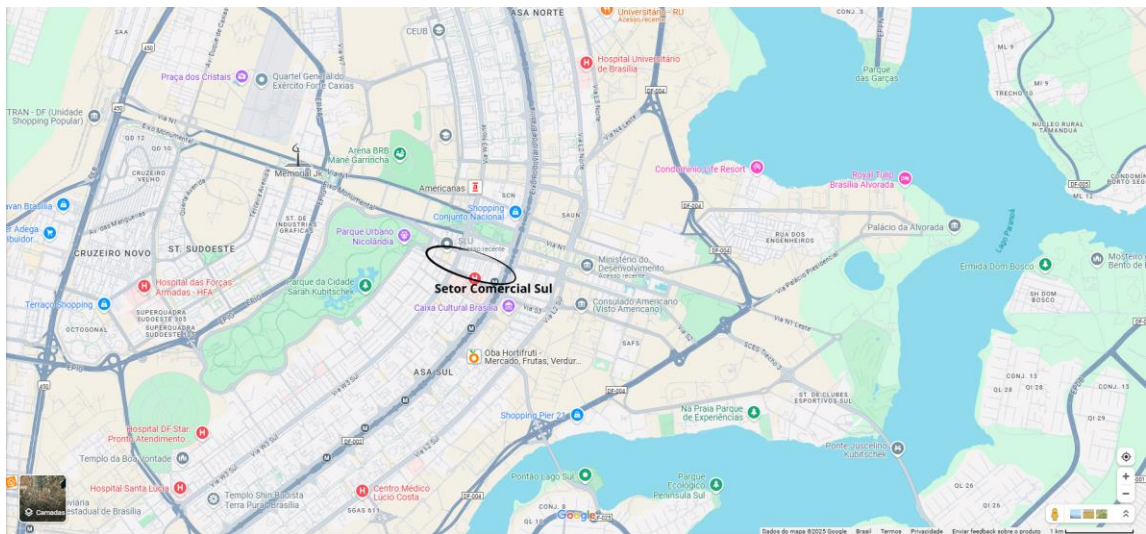
A população em situação de rua que circula no Setor Comercial Sul representa uma das faces mais vulneráveis dessa complexa realidade urbana e reflete não apenas a ausência de políticas públicas efetivas, mas também a busca dessas pessoas por espaços onde possam encontrar formas de subsistência e algum tipo de apoio, seja por meio de redes informais de solidariedade ou de organizações do terceiro setor que atuam na região.

Para abordar a relação entre o terceiro setor e a população em situação de rua no Setor Comercial Sul, é fundamental compreender o contexto em que esse território se encontra atualmente. Localizado na área central da cidade, o Setor Comercial Sul revela, de forma acentuada, as desigualdades e contradições sociais, evidenciadas pelo intenso fluxo diário de aproximadamente 200 mil pessoas, segundo dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal de 2020. Esse fluxo inclui desde pessoas em situação de rua até advogados, servidores públicos, comerciantes, entre outros. Além disso, os transeuntes enfrentam o estado de abandono físico e estrutural da área.

Na condição da região apresentada, uma área central de Brasília marcada pela presença significativa de pessoas em situação de rua, o papel do terceiro setor emerge como um componente fundamental na teia de apoio social que visa atender a população em situação de rua. O território estudado se estende do Eixo Rodoviário Sul até a via W3 Sul (na realidade, o SCS vai até a W4 Sul, mas vamos focar a pesquisa nas quadras de 1 a 6), e por estar localizado no centro de Brasília, próximo a Rodoviária do Plano Piloto, facilita que seja o ponto de apoio e passagem de vários pedestres, inclusive de pessoas que estão em situação de rua e procuram um lugar para descansar.

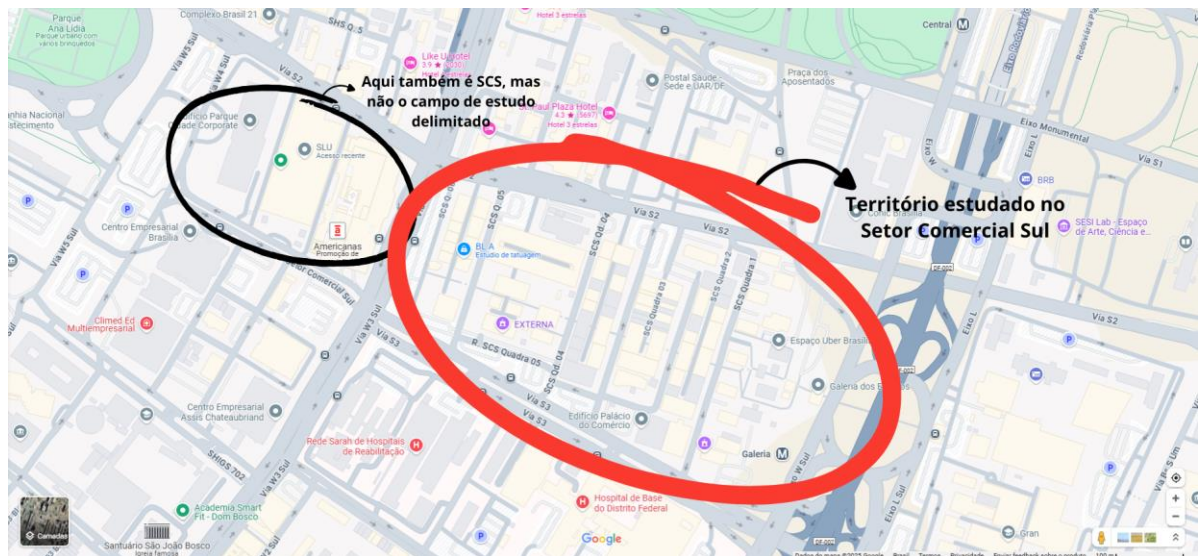
⁶ [Policiais militares são flagrados arrastando idoso em situação de rua na Asa Sul, no DF](#)

Figura 1: Mapa de Brasília



Fonte: Google Maps

Figura 2: Mapa do Setor Comercial Sul



Fonte: Google Maps

O Setor Comercial Sul é um espaço urbano de grande relevância histórica e socioeconômica em Brasília. Criado como parte do plano urbanístico de Lúcio Costa, o SCS foi projetado para ser um centro comercial pulsante, reunindo diversas atividades econômicas e de serviços. Como território, o SCS é caracterizado por sua densa concentração de prédios comerciais, escritórios, pequenos comércios e serviços, bem como por sua acessibilidade e proximidade ao centro político e administrativo do país. A estrutura urbanística, marcada por largas avenidas e calçadas, reflete o ideário modernista da capital, porém, ao longo dos anos, o setor enfrentou um processo de decadência e esvaziamento, especialmente após o fechamento de várias lojas e a transferência de grandes empresas para outras regiões da cidade.

(No Setor, 2022).

A origem do processo de esvaziamento do Setor Comercial Sul (SCS) apresenta algumas controvérsias, conforme apontado pelo Relatório do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de 2020. Um dos fatores frequentemente citados é a rigidez histórica do plano diretor aplicado ao território, que restringiu a presença de atividades alternativas na área. Além disso, a construção de grandes shoppings e empreendimentos nas proximidades dos tradicionais edifícios arquitetônicos da região desviou a atenção e o fluxo de pessoas, enfraquecendo a dinâmica econômica e social da região. Outro aspecto relevante foi o aumento significativo da frota de veículos em circulação nas ruas de Brasília. Embora o SCS fosse tradicionalmente conhecido por sua concentração de escritórios, pequenos comércios e serviços, a escassez de vagas de estacionamento tornou-se um problema crônico, desestimulando o movimento de pessoas e impactando negativamente a ocupação dos prédios e o funcionamento das lojas locais.

Na perspectiva dos comerciantes e trabalhadores locais, o abandono e a degradação do SCS estão diretamente relacionados à ausência de segurança e ao descaso com a manutenção do espaço público⁷. Muitos entrevistados também atribuem a sensação de insegurança à presença da população em situação de rua, evidenciando um estigma que revela tanto a fragilidade das políticas públicas para esse grupo quanto os desafios de convivência em um território marcado pela desigualdade e pela exclusão social.

No entanto, pode-se entender o problema da situação de rua do Setor Comercial Sul como um sintoma de um local que precisa ser repensado a partir das novas dinâmicas de ocupação e uso do território. Para Theresa, membro do I Instituto Cultural e Social No Setor, parte desse problema também vem da especulação imobiliária, que segundo ela, mantém lojas vazias no Setor Comercial Sul para poder alugar mais caro em outras partes da cidade. Esse panorama demonstra a complexidade do processo de esvaziamento do território e também do processo de reocupação do mesmo, exigindo tratativas não tradicionais, criativas e participativas para a construção de uma alternativa a essa precarização.

⁷ [Setor Comercial Sul sofre com a saída dos negócios e 9.000 pessoas perdem o emprego.](#)

Figura 3: Quadra 1 do Setor Comercial Sul



Fonte: Correio Braziliense/2018.

A revitalização do Setor Comercial Sul, iniciada a partir dos anos 2000, visou recuperar a vitalidade do espaço, por meio de intervenções urbanísticas, culturais e sociais. No entanto, o processo de revitalização por parte do Governo do Distrito Federal também gerou tensões, especialmente no que diz respeito à permanência da população em situação de rua, que muitas vezes se vê deslocada ou marginalizada por essas iniciativas, que parecem ter como objetivo a higienização e gentrificação do Setor Comercial Sul, segundo a coordenadora executiva do Instituto Cultural e Social No Setor. As organizações do terceiro setor presentes no local defendem a revitalização do espaço, porém acreditam que este processo não deve ser conduzido por meio de ações violentas e reformas de “revitalização” que resultam na remoção das pessoas que vivem nas dependências.

Portanto, o Setor Comercial Sul, como um território multifacetado, representa uma amostra das contradições urbanas de Brasília. Ao mesmo tempo em que é um espaço de revitalização e desenvolvimento econômico, é também um território de vulnerabilidade e luta, espaço fértil para o surgimento do terceiro setor.

1.3. Terceiro Setor

Ainda há dissensos sobre a expressão “terceiro setor”, que refere-se a organizações sem fins lucrativos que “canalizam demandas e realizam ações em favor de causas de interesse

social” (Falconer, 1999, p. 7). O termo nasce e se populariza nos Estados Unidos a partir da definição estrutural sugerida por Salamon e Anheier (1992) nos anos 1960 como uma proposta de participação da sociedade civil com temas voltados para o campo social como a preservação do meio ambiente, a defesa de direitos civis e de populações em vulnerabilidade social, entre outras temáticas ligadas à participação social. Esse conceito de que as organizações sem fins lucrativos, como grupo, formam um “setor” é inusitado no pensamento sociológico e econômico brasileiro (Landim, 1993).

Essa divergência entre expressões ocorre porque o termo “terceiro setor” ainda é alvo de intensas disputas no campo político-ideológico. Como aponta Dagnino (2004), há uma “confluência perversa” em torno da origem e da própria terminologia associada ao terceiro setor. Nesse campo de disputas, um dos lados é representado pelas organizações que deram origem ao conceito, como movimentos sociais, sindicatos e um tipo de organização que estamos nomeando como não-organizações organizadas da sociedade civil (indivíduos que se organizam em prol dos mesmos interesses, mas sem se estruturar formal e hierarquicamente, tendo as suas formações e arranjos que fluem organicamente, podendo futuramente se transformar em movimentos sociais, coletivos, OSC, etc). Essas entidades, compostas por pessoas mobilizadas a partir de interesses comuns para a garantia de direitos, podem ser entendidas como parte de um projeto político de aprofundamento da democracia na América Latina (Dagnino, 2004).

Por outro lado, o projeto político neoliberal tem instrumentalizado o discurso de incentivo à participação social como uma forma de justificar a redução do papel do Estado. Nesse modelo, a “lógica social” é subordinada à “lógica orçamentária”, e a política social passa a ser condicionada pela política econômica (Iamamoto, 2001, p. 196). Essa subversão de prioridades busca diminuir a intervenção estatal em áreas essenciais, transferindo suas responsabilidades para a sociedade civil organizada, o que inclui o terceiro setor.

Nesse cenário em que o projeto político neoliberal avança como um adversário ideológico, as iniciativas de participação da sociedade civil foram primordiais para contrabalançar as tentativas de enfraquecimento do papel do Estado em garantir direitos sociais e econômicos. A resistência dessas organizações demonstra sua relevância na construção de uma democracia participativa, mesmo diante de constantes ataques e deslegitimações (Oliveira, 1999).

Essa “confluência perversa” (Dagnino, 2004) entre projetos políticos distintos evidencia que, enquanto se tenta fortalecer a democracia participativa, o neoliberalismo se apropria desse discurso para aliviar o Estado de suas obrigações sociais. Um exemplo disso é a consolidação do terceiro setor, que engloba diversos movimentos, organizações coletivas e iniciativas

filantrópicas sob um único rótulo, fragmentando e despolitizando as lutas históricas por direitos em nome de uma agenda de desresponsabilização estatal.

Assim, pode-se entender o terceiro setor como um guarda-chuva que abarca várias nomenclaturas e categorias, como por exemplos Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações Não-Governamentais (ONG), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), associações, coletivos, fundações, organizações filantrópicas, etc. Neste trabalho, será usado o termo terceiro setor para designar a sociedade civil que se organiza e busca resultados para as suas necessidades e problemas.

No Brasil, o terceiro setor teve uma atuação marginal até meados da década de 90, principalmente como parte da estratégia da política neoliberal de enxugamento do Estado encabeçada por Fernando Collor, tendo pouco papel na participação social ou em parcerias formais com o governo, de maneira a se colocar como um serviço voltado para o assistencialismo e a caridade, geralmente associadas a instituições religiosas, Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais ou sindicatos e associações (Rodrigues, 1998). Após 1995, com a Reforma de Estado proposta por Luiz Carlos Bresser-Pereira, o terceiro setor se transformou em uma categoria mais atuante no quesito da participação da sociedade civil nas ações públicas, que começaram a ser exercidas em parcerias com o governo.

Este novo papel social fica mais evidente após a publicação dos Cadernos MARE da Reforma do Estado (Brasil, 1997), que dispõem sobre as organizações sociais, abordando a crise do estado, o movimento em direção ao terceiro setor e as vantagens relacionadas à sua atividade e participação na democracia. Um ponto a ser ressaltado entre as organizações do terceiro setor, importante para entender o contexto estabelecido, é a sua maior autonomia administrativa em relação a alguns serviços do setor público. Essas organizações podem tornar mais fácil e acessível o controle social, por meio da organização de lutas, participação em conselhos, fóruns e parcerias com o governo para determinadas ações (MARE, 1998).

Apesar dessas críticas ao terceiro setor, Dagnino (2004) e Iamamoto (2001) destacam sua relevância no tecido social, observando que essas organizações, por estarem vinculadas a diversos projetos políticos, são também afetadas pela necessidade de garantir sua sobrevivência em um cenário de mudanças e desafios políticos. Mesmo com o avanço das políticas neoliberais, frequentemente apresentadas como mecanismos de promoção de cidadania, Iamamoto (2001) reforça a importância de uma aliança política permanente no âmbito da sociedade civil organizada. Essa aliança é essencial para estabelecer meios e ideias comuns que fortaleçam o campo democrático.

Nesse sentido, são indispensáveis ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos e sociais, enfatizando a necessidade de organização desses atores para a defesa de seus direitos. Como ressalta Iamamoto (2001), é fundamental que essas ações contemplem a construção de alianças com os usuários dos serviços sociais, visando sua efetiva participação nos processos de implementação e gestão das políticas. Esse processo, por sua vez, contribui diretamente para o fortalecimento das redes de políticas públicas, consolidando um sistema mais eficiente e equitativo de garantia de direitos.

O novo papel social que o terceiro setor vem assumindo, de parceiro do Estado, só é entendido, pois, à luz deste Estado reformado que vem se configurando no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 90. Não mais um Estado produtor, mas, sobretudo, voltado agora para suas funções-fins de regulação e coordenação, bem como de promoção do desenvolvimento social. Não mais uma estrutura de administração pública onerosa, rígida, excessivamente hierarquizada e com o foco na ‘conveniência dos burocratas’ (apud Kettl, 1998), mas, sim, uma estrutura do serviço público enxuta, flexível e com o foco nas necessidades dos cidadãos” (Rodrigues, 1988, p. 41).

Para Rodrigues (1988), a relação entre o Estado e o terceiro setor se dá por uma certa limitação do Estado em conseguir alcançar todas as camadas da sociedade na implementação das políticas públicas, e por isso ele deve concentrar-se em coordenar e regular determinada política. Dessa forma, segundo o autor, seria papel da sociedade civil organizada juntar-se para prestar um serviço social, em uma relação de divisão da responsabilidade pela promoção social, com um vínculo de parceria.

1.4. Ação Pública e Redes de Políticas Públicas

A teoria da ação pública é uma abordagem que explora a forma como diferentes atores sociais e institucionais se engajam na formulação e implementação de políticas e ações voltadas para o bem comum. Lascoumes e Le Galès (2012) descrevem a ação pública como um conjunto de modos de intercâmbio e agregação entre atores individuais e coletivos, destacando a importância de uma perspectiva bottom-up, onde as iniciativas emergem das necessidades e demandas locais, em vez de serem impostas de cima para baixo. Essa teoria admite que a construção e execução das ações públicas são processos complexos, nos quais a interação entre diversos agentes é fundamental para o efeito.

Pode-se entender ação pública, de acordo com Pierre Lascoumes e Patrick Le Galès em sua obra "Sociologia da Ação Pública", como as atividades empreendidas por atores sociais,

sejam eles indivíduos ou organizações, que visam influenciar ou afetar a esfera pública e as ações públicas. Essa abordagem sociológica considera que a ação pública é moldada pelas interações entre diversos atores e instituições em um determinado contexto social e político. Ela se concentra na análise dos processos de tomada de decisão, implementação de políticas e interação entre os atores envolvidos.

O ator público e o ator privado devem ser capazes de desenvolver estratégias de ação que, efetivamente, tenham repercussões palpáveis sobre o desenrolar de determinada ação pública a ponto de modificá-la, aprimorá-la, ampliar o seu espectro de ação ou, até mesmo, abortá-la (Lascoumes, Galés, 2012, p. 18).

Lascoumes e Le Galès (2012) argumentam que a ação pública não é limitada apenas ao governo ou às instituições políticas formais, mas também engloba uma ampla gama de atores, como organizações não governamentais, grupos de interesse, movimentos sociais e cidadãos engajados. A ação pública pode ocorrer em diferentes níveis, desde o local até o global, e envolve uma variedade de estratégias, como *advocacy*, mobilização, negociação e contestação. Essa perspectiva sociológica busca compreender como as relações de poder, as estruturas institucionais e as dinâmicas sociais influenciam a ação pública e como essa ação, por sua vez, molda as políticas e a governança em uma sociedade.

Para os dois autores, o terceiro setor desempenha um papel fundamental na ação pública. Eles argumentam que o terceiro setor é composto por organizações e grupos que operam fora do âmbito governamental e comercial, mas que têm interesse e influência na esfera pública e nas políticas públicas, e desempenham várias funções na ação pública. Elas podem atuar como mediadoras entre o Estado e a sociedade, representando os interesses de determinados grupos ou setores da sociedade e podem ter um papel importante na formulação de políticas públicas, participando de processos de consulta e contribuindo com expertise e conhecimento especializado, ou até mesmo influenciando e participando de ações públicas.

Lascoumes e Le Galès (2012) destacam que a relação entre ação pública e o terceiro setor não é unidirecional. Enquanto as organizações do terceiro setor influenciam a ação pública, elas também são influenciadas pelo contexto político e pelas políticas públicas em vigor. Essa interação complexa entre o terceiro setor e a ação pública molda a dinâmica política e a governança em uma sociedade. Para Powell e Smith-Doerr (1994), essas interações complexas entre governo e sociedade (aqui referido como terceiro setor) dão nome a uma abordagem de redes de políticas públicas. Dentro dessas redes, a ação pública se manifesta como um processo coletivo, no qual as decisões são moldadas por múltiplas influências e

negociações, permitindo que as políticas sejam mais ajustadas às realidades locais e às necessidades específicas das leis atendidas.

As redes de políticas públicas, portanto, não são apenas estruturas formais de governança, mas sim sistemas dinâmicos que operam através da colaboração e articulação entre diversos atores (Calmon; Costa, 2013). Esses sistemas buscam promover a cooperação de esforços e a integração de recursos para enfrentar desafios complexos, como os que envolvem a população em situação de rua. Através das redes, as ações públicas tornam-se mais eficazes ao possibilitar que as intervenções sejam adaptadas às especificidades locais, garantindo uma resposta mais integrada e humanizada aos problemas sociais.

Para Calmon e Costa (2013), a abordagem de redes de políticas públicas tem características inovadoras por combinar conhecimentos provenientes de diversas áreas do saber. Tanto a tradição "analítica" quanto a perspectiva de "governança" são integradas ao estudo das redes de políticas públicas. Além disso, elementos específicos dos campos das políticas públicas, da ciência política, da economia e do estudo das relações interorganizacionais também são incorporados. Portanto, embora a abordagem de redes em geral seja claramente interdisciplinar, essa abordagem se expande e se aprofunda no contexto do estudo das redes de políticas públicas. Os dois autores propõem a seguinte definição :

Redes de políticas públicas são um conjunto de relacionamentos entre atores heterogêneos e interdependentes, que atuam em um mesmo subsistema de políticas públicas a partir de uma determinada estrutura de governança, composta por regras formais, informais e maneiras e formas de interpretá-las e implementá-las (Calmon, P.; Costa A. T. M., 2013, p. 15)

Essa ideia de redes de políticas públicas confronta a perspectiva convencional de que o Estado pode ser entendido como uma entidade independente e acima da sociedade. Segundo Calmon e Costa (2013), a análise de políticas públicas traz dois componentes importantes: “os problemas de ação coletiva relacionados a um conjunto de atores interdependentes” (p. 13).

Questões de ação coletiva são essenciais, pois envolvem um contexto com diversos atores que possuem preferências heterogêneas e recursos de poder distribuídos de forma desigual, enfrentando desafios de coordenação, cooperação e comunicação. Esses problemas são agravados por um ambiente de ambiguidade e incerteza, dificultando ainda mais a articulação da ação coletiva. Embora alguns modelos assumam a racionalidade dos atores, focando na lógica das consequências, outras abordagens sugerem que os atores processam informações de maneira idiossincrática e agem mais pela lógica da adequação do que pela escolha racional.

Outro elemento crucial nas redes de políticas públicas é a interdependência. Para os autores Calmon e Costa (2013), sem esse conceito, essas redes podem se tornar um termo genérico aplicado a qualquer grupo ou política pública. Os atores são interdependentes porque não conseguem, sozinhos, produzir os resultados e produtos das ações públicas, dependendo, portanto, de outros para alcançá-los. Isso inclui a necessidade de recursos financeiros, políticos, organizacionais e da informação essencial para a implementação das ações.

Para Rhodes (1996), as redes de políticas públicas representam um modelo de governança que valoriza a colaboração entre diversos atores, incluindo o Estado, o mercado e a sociedade civil. Nesse contexto, o terceiro setor desempenha um papel fundamental, contribuindo com expertise, legitimidade social e capacidade de mobilização. Ao participarem ativamente das redes, as organizações da sociedade civil ampliam seu espaço de atuação e fortalecem a democracia, promovendo a participação cidadã e a construção de ações públicas mais justas e equitativas.

As interações entre os diversos atores em uma política pública são essenciais e ocorrem frequentemente, sem um prazo definido. Como resultado, tendem a ser institucionalizadas, criando regras formais e informais, arenas, processos de certificação, divisão de trabalho, jurisdições, especialização, e procedimentos para delegação e monitoramento de ações. É importante mencionar que as regras informais desempenham um papel crucial, sendo frequentemente moldadas pela história, cultura, valores e tradições. Em outras palavras, as transações entre os atores são reguladas por um arranjo institucional específico, muitas vezes informal, que reflete a estrutura da rede em que estão inseridos.

2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Esta seção detalha os métodos e técnicas de pesquisa utilizados para a condução deste estudo, buscando assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados. Primeiramente, será apresentada a abordagem metodológica adotada, seguida pela caracterização do setor estudado, seleção da amostra, instrumentos de pesquisa e procedimentos de análise. A escolha dessas estratégias foi fundamentada na necessidade de compreender profundamente a questão investigada, garantindo que as especificidades do fenômeno em estudo fossem adequadamente captadas e analisadas.

A pesquisa de campo para coleta de dados foi feita durante as disciplinas de Residência em Políticas Públicas e Trabalho de Conclusão de Curso, e foi realizada no Instituto Cultural e Social No Setor e na organização social Café com Escuta, que trabalha com pautas sociais e culturais que circundam a região do Setor Comercial Sul.

2.1. Tipo e Descrição Geral da Pesquisa

A pesquisa conduzida se caracteriza como exploratório-descritiva, com uma abordagem qualitativa, focada em compreender as complexidades das relações e significados atribuídos pelos sujeitos em contextos específicos, uma vez que a combinação se mostra especialmente adequada para investigar o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul. Essa escolha se justifica tanto pelo caráter relativamente novo e pouco estudado do tema, quanto pela necessidade de descrever as ações e impactos dessas organizações de forma abrangente. A complexidade da problemática demanda uma pesquisa exploratória que permite que o tema seja mais aprofundado e novos aspectos sejam identificados, ao tempo em que a descrição oferece um panorama mais detalhado de algumas dessas características.

Neste estudo, as estratégias de coleta de dados foram deliberadamente não convencionais. Os instrumentos de pesquisa foram cuidadosamente selecionados e desenvolvidos para captar, de maneira profunda e abrangente, as nuances do papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul.

A pesquisa exploratória é fundamental quando se trata de compreender contextos pouco conhecidos, onde o objetivo principal é descobrir novas informações e levantar questões que possam ser aprofundadas em estudos futuros. Como destacado por Gil (2008), a pesquisa exploratória permite ao pesquisador familiarizar-se com o problema, identificar novas perspectivas e formular hipóteses. No contexto do Setor Comercial Sul, essa abordagem é

indispensável para captar as nuances das relações entre o terceiro setor e a população em situação de rua.

Ao mesmo tempo, a pesquisa descritiva complementa essa exploração inicial, permitindo documentar e apresentar de forma sistemática as atividades do terceiro setor. Embora não seja o foco principal detalhar minuciosamente cada ação dessas organizações, é importante fornecer uma visão geral que ajude a contextualizar seu papel e impacto. Segundo Cervo e Bervian (2007), a pesquisa descritiva é adequada para estudos que buscam retratar fielmente o fenômeno observado, sem a intenção de estabelecer relações causais. “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente produzem os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (Gil, 2008, p. 28)”.

De todos os tipos de pesquisa, estas [exploratória e descritiva] são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (Gil, 2008, p. 27).

A pesquisa exploratório-descritiva se conecta de maneira natural com a abordagem qualitativa, que é central nesta pesquisa. Enquanto a exploração inicial e a descrição das atividades do terceiro setor fornecem um quadro geral do contexto, é através da abordagem qualitativa que se consegue captar, em profundidade, as percepções, experiências e sentidos atribuídos pelos indivíduos diretamente envolvidos. Como argumenta Gil (2008), a pesquisa qualitativa é indispensável para entender os fenômenos sociais em sua complexidade, permitindo ao pesquisador entrar em contato direto com as realidades vividas pelos sujeitos.

O universo da produção humana, resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade, que constitui o objeto da pesquisa qualitativa, dificilmente pode ser capturado por números e indicadores quantitativos (Minayo, 1994).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, dos motivos das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (Minayo, 1994, p. 21).

Por não se tratar de uma pesquisa positivista, no qual é necessária a posição “neutra” e dados empíricos para análise, o estudo comporta estratégias participativas e variadas de coleta e análise dos dados, a partir dos métodos e técnicas descritos nas seções seguintes. Durante a pesquisa notou-se que o conhecimento não era construído pela mera observação passiva do que acontecia nas quadras do Setor Comercial Sul, e sim a partir da participação ativa da

pesquisadora e dos atores sociais presentes nas atividades e ações do terceiro setor, por meio de oficinas, presença em audiências públicas e marchas, organização de atividades, etc. Segundo Boullosa (2019), o processo de produção do conhecimento é um processo de investigação situada, e de certa maneira aplicada, porém, se construída a partir da dimensão coletiva, a “aplicação torna-se implicação” (Bollousa, 2019, p. 99).

O sujeito passa a ser como um sujeito implicado em um processo de conhecimento coletivo, não orquestrado, de uma multitorialidade da qual ele faz parte, mas que, ao formar-se, atorizou-se ao ponto de também ser capaz de desenvolver, ela mesma, uma reflexividade. E, desta vez, é melhor falar em uma espécie de reflexividade pública que se na e pela ação de uma multitorialidade que, mais do que engajada, está implicada em um processo de transformação social (Bollousa, 2019, p. 99).

2.2. Caracterização dos instrumentos de coleta de dados

Para detalhar a coleta de dados de forma a responder a pergunta de pesquisa, foram empreendidas estratégias específicas para cada objetivo específico, conforme apresentado a seguir:

1. Mapear as entidades do terceiro setor que atuam em prol da população em situação de rua na região do Setor Comercial Sul;
 - a. Como alcançá-lo:
 - i. conversas com a população em situação de rua do Setor Comercial Sul, de maneira informal, durante as atividades da residência, que geralmente são atividades lúdicas com escuta ativa;
 - ii. busca ativa de entidades agindo no Setor Comercial Sul durante as visitas da residência;
 - iii. pesquisa bibliográfica na internet e com outras instituições atuantes na região.
2. Identificar as estratégias e ações utilizadas pelo terceiro setor para a realização dos objetivos;
 - a. Como alcançá-lo:
 - i. pesquisa e análise de documentos das instituições;
 - ii. entrevistas com os membros das entidades; e
 - iii. observação das atividades desempenhadas.
3. Analisar como os atores, com especial atenção ao terceiro setor, se relacionam na região do Setor Comercial Sul para o atendimento à população em situação de rua.

a. Como alcançá-la:

- i. pesquisa bibliográfica nos sites do governo, artigos e livros acadêmicos acerca dos temas ação pública, redes de políticas públicas e do Decreto nº 7053/2009 que institui a política mencionada e levantamento de serviços existentes no território;
- ii. coleta de dados qualitativos a partir de documentos e interações durante a residência da atuação dessas organizações na região do Setor Comercial Sul.
- iii. entrevista com os atores envolvidos na oferta dos serviços existentes no Setor Comercial Sul para a população que reside no espaço, como por exemplo
 1. E1: coordenador do banheiro público do SCS, trabalha no Instituto No Setor e já esteve em situação de rua;
 2. E2: coordenador geral do Instituto Social e Cultural
 3. E3: coordenadora-executiva do Instituto Cultural e Social No Setor
 4. E4: idealizadora do Café com Escuta
 5. E5: pessoa em situação de rua
 6. E6: pessoa em situação de rua
 7. E7: pessoa em situação de rua

A pesquisa bibliográfica e documental serviu como fonte secundária de dados para conhecimento da instituição e do problema, proporcionando uma visão ampla sobre o tema e orientando o desenvolvimento dos demais instrumentos. O objetivo deste instrumento é revisar a literatura existente sobre a temática para construir um marco teórico e identificar brechas de conhecimento, além de consultar os documentos disponibilizados pelas organizações. As ferramentas utilizadas nesta etapa consistem em bases de dados de plataformas *online* para localizar artigos científicos, livros, entre outros documentos relevantes.

Quadro 1: Documentos analisados

Documentos analisados	Disponibilizado por
Estatuto No Setor	Instituto Cultural e Social No Setor
Planejamento Estratégico No Setor 2023-2027	
Relatório Anual No Setor 2021 - 2022	

Relatório Anual No Setor 2022 - 2023	
Relatório Anual No Setor 2023 - 2024	
Projeto Formas da Rua	
Relatórios de Atividades 2023	
Setor Comercial Sul - Perspectivas e Desafios - Censo Econômico e Social do Território	
Perfil da População em Situação de Rua do Distrito Federal	Codeplan, 2022
Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009	Brasil, 2009

Para conceituar a população em situação de rua e entender sua interação com o terceiro setor, foi utilizado o relatório “Perfil da População em Situação de Rua do Distrito Federal”, publicado pela Codeplan em 2022. Este relatório oferece uma visão abrangente do contexto socioeconômico dessa população, incluindo dados estatísticos cruciais para a análise. Ele também fornece informações específicas sobre a região do Setor Comercial Sul, que foi selecionada como foco da pesquisa devido à sua alta concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade e à significativa atuação das entidades do terceiro setor na área.

O levantamento bibliográfico foi feito através de artigos publicados em periódicos, livros clássicos sobre teoria da ação pública e redes de políticas públicas, fontes estatísticas e relatórios e documentos oficiais. Os autores mais usados dizem respeito a literatura relacionada ao terceiro setor, a teoria da ação pública e a redes de políticas públicas, uma vez que estes conceitos não são o principal foco da graduação em Gestão de Políticas Públicas, na qual o maior foco se dá na aparelhagem do Estado e nas políticas públicas por ele desenvolvidas. Dessa maneira, buscou-se entender a diferença entre política pública e ação pública a partir do livro “Sociologia da Ação Pública” de Pierre Lascoumes e Patrick le Galés (2012), como também a emergência de um terceiro setor da sociedade civil, tratado tanto nesta obra quanto também na obra de Falconer (1999) “A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão” e de Rodrigues (1998) “Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil”. Para conceituar e teorizar acerca das redes de políticas públicas, foram utilizadas principalmente as obras de Rhodes (1996) “The new governance: governing without government” e de Paulo Calmon e Arthur Trindade M. Costa (2013) “Redes e governança de políticas públicas”.

A observação participante foi o principal instrumento utilizado, permitindo vivenciar e documentar as interações diárias entre as organizações do terceiro setor e as pessoas em situação de rua, entendendo o fenômeno a partir da perspectiva dos participantes, observando suas ações

e o contexto em que ocorrem. Esse método possibilitou a aproximação das pessoas no SCS, a captura de detalhes sutis e comportamentos espontâneos que seriam difíceis de identificar por outros meios. A escolha por essa técnica reflete o compromisso de compreender a realidade estudada em sua complexidade, valorizando as vozes e experiências dos sujeitos envolvidos. Para o registro das observações realizadas, foram usados os diários de campo e gravações de áudio e vídeo. Estes últimos foram úteis para registrar observações, impressões e reflexões da pesquisadora e também para registrar interações e comportamentos de forma mais detalhada.

Quadro 2: Síntese dos diários de campo produzidos

Resumo dos diários de campo				
	Diário 1: dimensão descritiva	Diário 2: dimensão analítico-reflexiva	Diário 3: dimensão analítico- reflexiva	Diário 4: registro parcial
Percepção sobre o clima	Ambiente mais fechado, porém unido	Nível de tensão aumenta entre colaboradores	Conflitos entre colaboradores	Apaziguamento da situação
Contato com instituição	Difícil	Facilitada	Fácil	Fácil
Reflexões	Acerca do ambiente	Acerca das questões de pesquisa	Em busca das respostas feitas nas indagações do diário 2	Resposta parcial a pergunta de pesquisa
Metodologia utilizada	Observação participante	Observação participante	Entrevista	Observação participante

Nos diários de campo produzidos, para conseguir sintetizar as informações, os diários foram categorizados em quatro camadas:

- 1) Percepção sobre o clima: referente às percepções sobre o clima do instituto nas visitas de campo;
- 2) Contato com instituição: grau de facilidade em contatar a instituição nas pesquisas de campo;
- 3) Reflexões: reflexões obtidas a partir da observação participante e entrevistas;
- 4) Metodologia utilizada: métodos utilizados para coleta de dados.

A entrada no território do Setor Comercial Sul para realizar a pesquisa foi gradual, a partir de visitas mais frequentes e criação de vínculos com as pessoas interessadas (Lakatos, 2003). Para facilitar o processo de interação com as pessoas em situação de rua, foi necessário o estabelecimento de vínculos primeiramente com as instituições que trabalham no território, como o Instituto No Setor e o Café com Escuta.

Por meio da observação participante, foram feitas visitas ao local que resultaram nos diários de campo e relatório final da residência, o que possibilitou a coleta de dados ricos em informações referentes ao contexto no qual a população em situação de rua está inserida no SCS. Abaixo podemos ver algumas fotos coletadas durante a imersão. É importante ressaltar que as fotos são registro das atividades das instituições do terceiro setor e as pessoas fotografadas autorizaram a publicação neste trabalho.

Figura 4: Encontro de Dona Cleusa e Júlia no Café com Escuta



Fonte: acervo da pesquisadora

Figura 5: Atividade Ateliê No Setor



Fonte: acervo da pesquisadora

Figura 6, 7 e 8: Atividades que aconteceram durante a pesquisa



Fonte: Acervo da pesquisadora

A participação ativa permitiu a construção do "conhecimento-no-contexto" (Fischer, 2016) de forma coletiva, especialmente durante as oficinas promovidas pelo Instituto Cultural e Social No Setor. Nessas oficinas, realizadas todas as segundas e quartas-feiras, qualquer pessoa presente no local poderia compartilhar suas habilidades, como o ensino de artesanato com materiais recicláveis, poesias e músicas, de maneira democrática e rotativa. Essas atividades proporcionam oportunidades para a população em situação de rua aprender novas capacidades, com o intuito de gerar renda.

A observação das atividades foi enriquecida pela existência de um coletivo no SCS, o Café com Escuta, que ocorre toda sexta-feira pela manhã. Embora o nome sugira a oferta de um café da manhã, o principal objetivo do projeto é proporcionar um espaço de escuta ativa e acolhimento para aqueles que necessitam, sendo a comida uma ferramenta utilizada para a aproximação e fortalecimento de vínculos. O Café com Escuta acontece às 9 horas da manhã na Quadra 5 do SCS, em frente ao CapsAd (Centro de Referência Psicossocial para usuários de álcool e drogas), e promove momentos de descontração, bem-estar e união na comunidade por meio da oferta de um café da manhã coletivo. As atividades são realizadas de forma fluida, refletindo a diversidade de situações na rua e no território.

A pesquisa revelou que o estreitamento de vínculos com essa população foi um dos principais desafios enfrentados durante a investigação de campo. A desconfiança com

pesquisadores externos é comum entre essas pessoas, que muitas vezes veem os estudos acadêmicos como intrusivos ou distantes de suas realidades cotidianas. Esse distanciamento se deve, em parte, à vivência de inúmeras experiências de violência, exclusão e falta de apoio por parte de instituições formais, tanto públicas quanto privadas. Assim, aproximar-se da população em situação de rua exigiu um processo contínuo de construção de confiança, marcado por uma presença frequente e genuína. Isso indica que a familiarização com as ações e a presença constante foram fundamentais para estabelecer uma relação mais aberta e colaborativa com os participantes.

Os vínculos entre os participantes das ações públicas são fortalecidos pela frequência das visitas e pela afinidade desenvolvida entre os agentes envolvidos. Theresa, do Instituto Cultural e Social No Setor descreveu que, no início do projeto, a comunidade estava receosa, mas com o tempo, os participantes passaram a se familiarizar com as ações e a criar um sentimento de comunidade. Essa evolução foi também perceptível na minha experiência, à medida que a presença constante nas ações permitiu que as pessoas confiassem em mim para entrevistas, conversas sobre assuntos delicados e compartilhamento de histórias pessoais.

Além disso, foi possível observar que, mesmo com os esforços de aproximação, a aceitação dos pesquisadores nem sempre era imediata. Muitos dos entrevistados só se dispuseram a compartilhar suas histórias após repetidas interações e o desenvolvimento de uma convivência que demonstrasse respeito e interesse genuíno. Isso reforçou a necessidade de um trabalho cuidadoso e ético, que não só captou as vivências desses indivíduos, mas também respeitou seus limites e suas reservas em relação à exposição.

As manhãs participando das edições do Café com escuta sempre eram intensas, pela quantidade e densidade de coisas que aconteciam durante a semana. A sexta-feira de manhã por vezes era bem agitada, porque sempre se espalhavam boatos sobre os acontecimentos da semana, como por exemplo se alguém era preso, as brigas, e até mesmo as mortes. O clima da rua muda muito rápido e por isso é necessário uma abordagem que pudesse ser transformada conforme a rua se transmuta.

Para a coleta dos dados, além da participação no Café com escuta, a pesquisadora desenvolveu uma rotina de visitas ao Setor Comercial Sul, às segundas-feiras, e por vezes, às quartas-feiras também. Os dados a serem apresentados foram obtidos a partir das próprias percepções e interações diretas com a população em situação de rua e as organizações do terceiro setor atuantes na região. Essa imersão no ambiente investigado permitiu captar as camadas e dinâmicas das relações que, de outra forma, poderiam passar despercebidas,

oferecendo uma visão mais representativa e contextualizada do papel do terceiro setor nesse cenário.

Os pioneiros da pesquisa de campo acreditavam que estavam aderindo a um método consoante com os da ciência naturais, mas o fato de estarem vivendo nas próprias comunidades por eles analisados introduziu um grau de subjetividade nas suas análises que estava em dissonância com o senso comum do método científico (Angrosino, 2009, p. 17).

As interações com as pessoas em situação de rua ocorreram tanto em espaços coletivos quanto em encontros mais pessoais, nos quais as conversas fluíram de maneira natural e se aproximaram do formato de entrevistas informais. Esse modelo permitiu que os participantes expressassem suas vivências, desafios e relações com o terceiro setor de forma mais espontânea e autêntica, enriquecendo a compreensão do tema. Para preservar a integridade e a privacidade dessas pessoas, suas identidades não foram registradas, garantindo que seus relatos fossem respeitados dentro de um compromisso ético de confidencialidade. As entrevistas formais foram feitas com o coordenador do banheiro público do SCS, o coordenador geral e a coordenadora-executiva do Instituto Cultural e Social No Setor, a idealizadora do projeto Café com Escuta, e pessoas em situação de rua que estão no Setor Comercial Sul.

Além disso, foram realizadas entrevistas não estruturadas, recomendadas nos estudos exploratórios (Gil, 2008), que se mostraram essenciais para compreender as percepções e experiências dos atores envolvidos, admitindo uma exploração mais profunda dos temas, além de compreender as perspectivas, experiências e significados atribuídos ao fenômeno pelos participantes. Esse tipo de entrevista, ao ser flexível e adaptável, permitiu que os entrevistados expressassem suas vivências de maneira livre, sem a rigidez de uma entrevista estruturada, garantindo que as informações coletadas refletissem a complexidade e a subjetividade das experiências pessoais e institucionais vividas no contexto do Setor Comercial Sul (Gil, 2008).

As entrevistas não estruturadas e informais realizadas com diferentes atores confere liberdade total à entrevistadora em conduzir qualquer direção ou pergunta que ela julgue adequada, muitas vezes em formato de conversação informal para que os entrevistados se sintam mais à vontade. No entanto, os entrevistados que me concederam a entrevista permitiram que eu tomasse nota do que achasse pertinente, devido a relação de confiança que desenvolvi durante o período que pude passar nas instituições. Para a transcrição das entrevistas formais, foram utilizadas ferramentas online de transcrição, que passaram por revisão e transcritas literalmente.

O critério para seleção dos entrevistados era de estar envolvido em alguma atividade com as instituições do terceiro setor atuantes no Setor Comercial Sul em relação à população em situação de rua, podendo ser participando das atividades ou cooperando com as organizações.

Quadro 3: Quadro de entrevistados

Entrevistados(as)	Situação	Cargo	Estrutura da entrevista
E1	Colaborador do Instituto NS	Coordenador do banheiro público do SCS	Despadronizada
E2	Colaborador do Instituto NS	Coordenador Geral	Despadronizada
E3	Colaboradora do Instituto NS	Coordenadora executiva	Despadronizada
E4	Idealizadora do Café com Escuta	Idealizadora do Café com Escuta	Despadronizada
E5	Pessoa em situação de rua	-	Despadronizada
E6	Pessoa em situação de rua	-	Despadronizada
E7	Pessoa em situação de rua	-	Despadronizada

A combinação desses instrumentos permite uma triangulação dos dados, aumentando a validade e a confiabilidade dos resultados, além de trazer mais flexibilidade pela natureza qualitativa da pesquisa, que permite adaptar os instrumentos e as estratégias de coleta de dados conforme as necessidades do estudo.

A construção dos instrumentos de coleta de dados citados seguiu um processo criterioso para garantir que ele fosse adequado e eficaz para coletar os dados necessários. O processo envolveu a construção semântica, na qual foi realizada uma revisão detalhada junto a orientadora de quais caminhos seguir nas entrevistas para garantir que as perguntas e os tópicos fossem claros e compreensíveis para os entrevistados, independentemente de sua formação ou experiência, e também a validação teórica, uma vez que o instrumento foi revisado à luz das teorias e conceitos explorados na pesquisa bibliográfica, assegurando que as perguntas fossem pertinentes e cobrassem os aspectos teóricos relevantes do estudo.

2.3. Procedimentos de análise de dados

Após a coleta, os dados provenientes das entrevistas foram transcritos em diários de campo. Foi utilizada a análise de discurso para os dados coletados por meio de observação participante, entrevistas, e documentos. Essa abordagem foi utilizada para permitir a compreensão das relações sociais baseadas em diversas perspectivas de mundo, que frequentemente se manifestam de forma controversa na linguagem ou nos momentos de silêncio durante interações, de maneira implícita nos discursos.

A análise de discurso é uma metodologia amplamente utilizada nas ciências sociais para investigar como a linguagem constrói realidades sociais e reflete relações de poder. Conforme Fairclough (2001), a linguagem não é apenas um meio de comunicação neutro, mas sim uma prática social que estrutura e molda as interações sociais, influenciando a percepção dos sujeitos e as estruturas de poder. Esse método busca identificar, nos discursos, as ideologias subjacentes, às representações sociais e as formas como o discurso legitima determinadas práticas ou ações. A análise de discurso permite desvendar os mecanismos de poder e as formas de construção do significado nas interações sociais.

Em uma pesquisa qualitativa, como no estudo sobre o papel do terceiro setor para a população em situação de rua, a análise de discurso permite explorar como os atores envolvidos — tanto a população atendida quanto os profissionais do terceiro setor e da rede pública — constroem suas narrativas sobre a exclusão social, os direitos e o próprio papel das organizações. Segundo Van Dijk (2012), a análise de discurso também revela as dinâmicas de inclusão e exclusão, mostrando como o discurso pode reforçar estigmas ou promover a empatia e o entendimento social. Esse enfoque torna-se essencial para compreender como o terceiro setor e as ações públicas são representadas e discutidas, influenciando a forma como as ações para a população de rua são percebidas e implementadas.

3. RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados e discutidos os principais resultados obtidos nesta pesquisa, que tem como objetivo central compreender o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul. Os resultados aqui expostos são frutos de uma cuidadosa interpretação dos dados coletados, onde se buscou identificar significados e implicações das práticas e discursos observados.

A discussão será permeada por argumentos críticos e mediações teóricas, conforme orienta a literatura científica, garantindo assim a robustez e a credibilidade das conclusões apresentadas. Os dados foram coletados através de observação participante e entrevistas, como mencionado anteriormente. Para apresentar os resultados, será feito um desmembramento dos objetivos específicos, para uma compreensão mais clara.

Para começar, é importante refletir sobre o termo "situação de rua", amplamente utilizado nas políticas públicas e no discurso institucional, pois nem sempre reflete a complexidade vivenciada pelas pessoas que se encontram nessa condição. Sob a perspectiva da própria população em situação de rua, esse termo pode parecer distante da realidade cotidiana, uma vez que a vivência de rua vai além da simples falta de moradia. Para muitos, a rua é um espaço de sobrevivência, resistência e, paradoxalmente, de pertencimento.

Situação de rua não existe. Se eu 'tô' na rua o caminhão de lixo passa e [me] leva. Eu moro na marquise, 'to' em situação de marquise (E5, 2023).

É situação de calçada. Se fosse de rua, os carros passariam por cima⁸ (E6, 2023).

Em diálogos com essa população, é comum ouvir críticas ao termo, com alguns preferindo definições mais específicas, como "situação de calçada" ou "situação de marquise", que trazem um senso de lugar e, de certa forma, identidade. Essas expressões refletem a vivência particular de cada indivíduo, evidenciando que a rua, além de ser um espaço de exclusão, também é um local de resistência e sobrevivência.

Da mesma forma, essa população enxerga o terceiro setor como um ator fundamental no preenchimento das lacunas deixadas pelo poder público, oferecendo apoio como alimentação, itens de higiene, e a mediação de serviços públicos. Para muitos, as organizações do terceiro setor são uma espécie de “facilitadora” ou intermediadora com os serviços oferecidos pelo Estado, como foi observado durante a imersão e confirmado com o E7, pessoa

⁸ [Setor Comercial Sul escancara problema de moradores em situação de rua \(correio.brazilianpost.com.br\)](https://correio.brazilianpost.com.br/setor-comercial-sul-escancara-problema-de-moradores-em-situacao-de-rua/)

em situação de rua que me concedeu várias entrevistas informais.

3.1. As entidades do terceiro setor e os objetivos da atuação em prol da população em situação de rua na região do Setor Comercial Sul

Para mapear as instituições do terceiro setor atuantes na região do Setor Comercial Sul na temática da população em situação de rua, eu optei pela elaboração *in loco*, conforme as visitas de campo e entrevistas eram realizadas. Naturalmente, as pessoas foram se acostumando com a minha presença e as informações foram captadas com mais facilidade.

Por meio das conversas e entrevistas, foi possível mapear as seguintes organizações do terceiro setor:

1. Instituto Cultural e Social No Setor;
2. Café com Escuta;
3. Movimento Nacional da População em Situação de Rua - MNPR
4. Tulipas do Cerrado;
5. Coletivo Aroeira;
6. Barba na rua;
7. Bsb Invisível;
8. Projeto Dividir;
9. Instituto Ipês; e
10. Projetos diversos ligados a organizações religiosas

Além das organizações do terceiro setor, no local ainda há uma unidade do Centro de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS-AD), em frente ao Instituto No Setor, e algumas sextas-feiras pela manhã, uma equipe do Consultório Na Rua, do Sistema Único de Saúde atendem no SCS. Durante os cafés da manhã do Café com Escuta, é comum a presença de representantes da OAB e de ativistas dos direitos humanos.

Durante o período da pesquisa, percebi que os produtos obtidos eram reflexos da atenção dedicada ao local e das conversas que ocorreram paralelamente às ações das instituições. Para localizar a sede do Instituto No Setor, solicitei ajuda a diversos comerciantes, muitos dos quais não sabiam exatamente a localização e expressaram preocupações sobre segurança, sugerindo que eu tomasse cuidado e ocultasse meus pertences. Isso refletiu o nível de medo e receio que os comerciantes sentem em relação ao local. Ao chegar ao escritório do Instituto, observei barracas dos moradores próximos à entrada, o que pode dar indícios da

sensação de segurança e acolhimento que o Instituto oferece à população em situação de rua. Nesse mesmo dia, presenciei uma interação amena entre os profissionais do terceiro setor e a população assistida.

Figura 9: Barracas em frente ao Instituto No Setor e Café com Escuta



Fonte: Minervino Júnior/ Correio Braziliense/ D.A.Press

Figuras 10 e 11: Frente do Instituto No Setor



Fonte: acervo da pesquisadora

Figuras 11 e 12: Banheiro Público do Setor Comercial Sul



Fonte: acervo da pesquisadora

O primeiro encontro com o coletivo Café com Escuta representou um marco significativo no estudo, pois foi além desta organização que eu pude ter mais contato com o objeto de estudo (a relação entre os setores e a população em situação de rua do Setor Comercial Sul) especialmente após um episódio com um membro que questionou a ética da pesquisa.

No início do projeto, acabei de encontro com outros universitários que estavam ali pela primeira vez através da faculdade, o que causou uma certa estranheza entre algumas pessoas ali presentes, principalmente em um ator específico, que nomearei de André⁹, que provocou reflexões muito interessantes que me fizeram mudar a forma de pensar e questionar a ética da minha pesquisa (Diário de campo, 22 de setembro de 2023).

Neste trecho, o ator, a quem chamaremos de André*, ao notar a presença de pessoas fora do padrão habitual do evento, informou a Márcia, idealizadora do Café com Escuta. Após a explicação de Márcia sobre a presença dos pesquisadores, André iniciou um discurso aberto sobre a presença de pesquisadores e universitários, criticando-os por visitarem o território apenas para realizar pesquisas acadêmicas e depois se afastarem, sem oferecer qualquer retorno para a comunidade. Seus comentários refletem a percepção da população em situação de rua de que esses profissionais utilizam o território sem contribuir efetivamente para o local.

Embora a revelação inicial dos eventos ocorridos no primeiro encontro tenha sido inesperada, compreendi que aquele era o meu espaço para observar os fenômenos em questão. Fiquei ciente de que a descrição apresentada era comum, pois outras pessoas confirmaram a mesma realidade. A partir dessa vivência, percebi que, para analisar o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul, é essencial minha presença tanto nas instituições quanto nas interações com a população em situação de rua. Este envolvimento requer um compromisso significativo com ambos os grupos, especialmente com a população em situação de rua do SCS. Estabelecer vínculos com a comunidade é fundamental para dialogar de maneira mais amigável, compreender a realidade vivenciada e identificar as necessidades que o terceiro setor pode suprir.

Uma característica importante observada através da participação direta é a fluidez da rua, a qual se encontra em uma constante atmosfera de movimento. Essa dinâmica contínua reflete a natureza transitória e as constantes mudanças que afetam a vida no território.

Em uma outra visita a uma atividade do Instituto No Setor, chamada Ateliê, durante a atividade ocorreu alguns casos de brigas. Esse dia foi um dos mais agitados e que mais rendeu observações. Nas brigas que aconteceram de certa forma por algum desentendimento prévio entre os envolvidos antes da atividade ou durante, uma estagiária do Instituto teve que intervir e conversar com os envolvidos para entender

⁹ Nome fictício

o que aconteceu e mitigar os desentendimentos. Em minutos, o que era briga virou festa, evidenciando o clima volátil. Este acontecimento também me fez refletir sobre ações que não são responsabilidades “nossas” mas que acabamos nos tornando responsáveis ao lidar com certas circunstâncias, nesses casos (Diário de campo, 30 de outubro de 2023).

Durante uma entrevista com Theresa, membro do Instituto No Setor, foram discutidos vários pontos significativos que *sulearam*¹⁰ a pesquisa. Entre esses pontos, destacam-se as diversas referências às redes de políticas públicas, que forneceram uma base para a análise do papel do terceiro setor para a população em situação de rua.

Após a entrevista com a Theresa, a teoria das redes de políticas públicas se encaixou perfeitamente na área de estudo, de maneira com que faça mais sentido explorar o estudo do terceiro setor sob a ótica das redes de políticas públicas juntamente com a teoria da ação pública, uma vez que no contexto local estabelecido, as relações desenvolvidas também são entre os atores envolvidos, não somente na ação executada (Diário de campo, 23 de outubro de 2023).

Um evento relevante para esta pesquisa foi a audiência pública sobre a população de rua do Distrito Federal realizada em 26 de outubro de 2023, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O evento contou com a presença de importantes atores envolvidos na defesa dos direitos da população em situação de rua, incluindo o Movimento Nacional da População de Rua, o Instituto Barba na Rua, o Café com Escuta, o Instituto No Setor, o coletivo Tulipas do Cerrado, a Secretaria de Desenvolvimento Social e diversos procuradores e promotores. Durante a sessão de fala aberta ao público, o Instituto Cultural e Social No Setor levantou questões significativas sobre direitos humanos, direito à cidade, violência institucional e a situação de rua no Setor Comercial Sul.

Na audiência, a participação de diferentes partes foi desigual, o que ficou evidente na duração das falas: secretários, procuradores e desembargadores falaram por cerca de 8 minutos, enquanto as intervenções da sociedade foram limitadas a 3 minutos cada. Isso destacou uma falta de diálogo equilibrado com a população em situação de rua, já que a própria população afetada não estava representada de forma proporcional. A mesa de discussão incluía apenas uma representante da população em situação de rua, Joana Darc, coordenadora do MNPR, em contraste com aproximadamente nove representantes do Estado.

Em resumo, o território do Setor Comercial Sul foi abordado na audiência tanto nas intervenções de Theresa quanto nas de duas representantes, representantes de uma associação

¹⁰ O termo *sulear* problematiza e contrapõe o caráter ideológico do termo *nortear* (norte: acima, superior; sul: abaixo, inferior)

de comerciantes que se autodenominam prefeita e vice-prefeita do Setor Comercial Sul, destacando questões de violência, medo e roubos frequentes.

No que se refere à interação entre a população em situação de rua do SCS e as organizações para além do terceiro setor presentes na área, é relevante a observação feita por Joana Darc, sobre a abordagem humanizada oferecida por serviços como o Serviço Especializado em Abordagem Especial (SEAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), proporcionando um atendimento mais sensível e adaptado às necessidades da população. Por fim, é importante o registro aqui de uma nota que tomei durante uma visita de campo que fiz após o final da imersão.

Depois de muito tempo sem ir ao Setor Comercial Sul (fiquei fora por cerca de 2 meses) percebi que muita coisa mudou. As pessoas já não eram mais as mesmas, e acabei ficando sem notícias de algumas com quem criei proximidade. O Adriano* saiu de lá com o Carlos* e foram morar em uma chácara. Já ocuparam a barraca deles e outras pessoas estão dormindo nela. As pessoas que estão lá são novas pessoas ou que retornaram depois de um tempo, então eu não conhecia muitas das pessoas novas que estavam presentes neste encontro do Café com Escuta. Além disso, está rolando uma aproximação muito legal entre o projeto e algumas entidades do GDF como o Consultório na Rua e o CapsAD (Nota de campo, 10 de maio de 2024).

Este trecho exemplifica o ambiente da rua como um espaço em constante transformação, caracterizado por sua fluidez e heterogeneidade. Durante a visita, fui informada sobre eventos como prisões, relatos de violência policial e confrontos na região. No entanto, em visitas subsequentes, observei poesias inscritas em muros por diversos pontos do SCS, exibidas por frequentadores do Café com Escuta. Essas poesias representaram uma expressão positiva e culturalmente enriquecedora dentro da comunidade.

Figuras 13 e 14: Poesia no muro



Fonte: acervo da pesquisadora

3.1.1. Instituto Cultural e Social No Setor

O Instituto Cultural e Social No Setor (NS) é uma organização que tem como objetivo principal a transformação do centro de Brasília por meio da ocupação e da ressignificação do espaço público. A escolha deste instituto se deu por ser um dos projetos com mais destaques no cenário do Setor Comercial Sul,

Criado em 2018, o Instituto atua principalmente no Setor Comercial Sul e tem se destacado por seus projetos, como por exemplo:

- Ocupar e revitalizar espaços públicos: O Setor Carnavalesco Sul foi um dos primeiros projetos do instituto, que transformou o SCS em um espaço utilizado como ponto de encontro para um público que não circulava por ali, sobretudo fora do horário comercial, em que lojas e escritórios estavam fechados.
- Promover a cultura e a arte: O No Setor realiza eventos culturais, exposições, oficinas e outras atividades que valorizam a produção artística local.
- Fortalecer o tecido social: O instituto busca conectar pessoas e comunidades, fomentando o diálogo e a troca de experiências.
- Defender os direitos humanos: O No Setor atua em defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua e trabalhadores do SCS.

Embora atualmente tenha um forte viés social, o Instituto Cultural e Social No Setor não surgiu, inicialmente, com essa finalidade. Sua origem está vinculada ao contexto carnavalesco e cultural de Brasília, quando ainda atuava como um coletivo dedicado à realização de eventos no Setor Comercial Sul. O objetivo central era revitalizar a cena cultural da região e fomentar o reconhecimento do território por meio de manifestações artísticas e festividades. No entanto, ao ocupar o espaço com essas atividades, os integrantes do coletivo passaram a interagir diretamente com quem passava ali, incluindo a população em situação de rua, comerciantes informais e ambulantes, cujas vivências e dinâmicas sociais se tornaram cada vez mais evidentes no cotidiano das ações promovidas.

Com a recorrência dos eventos, tornou-se inegável que a realidade social do território precisava ser incorporada à atuação do grupo. A convivência no espaço revelou tensões e desafios, sobretudo diante da invisibilização e marginalização da população que ali vivia. Diante desse contexto, o coletivo reformulou sua abordagem, buscando incluir nas festividades e demais iniciativas culturais aqueles que tradicionalmente ocupavam o Setor Comercial Sul.

Conforme relatado pela coordenadora do Instituto, essa mudança de perspectiva representou um ponto de inflexão para o grupo, que passou a compreender a necessidade de articular cultura e direitos sociais, promovendo a participação ativa da população do território e transformando suas ações em um trabalho voltado para a inclusão e o fortalecimento social.

Nascido da efervescência cultural do Setor Carnavalesco Sul, primeiro evento do coletivo NS, desde 2018, tem sido um “agente de transformação social” na região (Theresa, 2023). Inicialmente criado como um coletivo cultural, com a finalidade de revitalizar o espaço público do Setor Comercial Sul, que há tempos se encontrava sucateado e abandonado, o instituto cresceu e se consolidou, especialmente após a sua inauguração durante o Carnaval de 2018. Posteriormente, o projeto evoluiu, tornando-se uma das maiores organizações do terceiro setor atuantes no Setor Comercial Sul.

O novo projeto do Instituto Cultural e Social No Setor, por exemplo, em parceria com a Fiocruz, lançou em 2024 o projeto Formas da Rua, uma iniciativa orientada pelos princípios da dignidade humana, reinserção social e garantia de direitos fundamentais. A proposta é pautada pela ética da redução de danos e pela promoção da autonomia, buscando fortalecer as ações voltadas para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul. O projeto centraliza tanto iniciativas já existentes, que foram reformuladas para se adequarem ao contexto atual do território, quanto novas atividades desenvolvidas em colaboração com outras entidades.

O Formas da Rua tem como principal objetivo "desenvolver e aplicar metodologias com enfoque territorial, que promovam uma cultura comunitária participativa por meio de ações de cuidado e convivência, proteção social e inserção no mercado de trabalho" (No Setor, 2024). Seu público são pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social que vivem ou transitam pelo Setor Comercial Sul. Para viabilizar essas ações, o projeto conta, até o momento, com uma equipe composta por duas técnicas, uma educadora social e uma coordenadora. Um aspecto notável da equipe é a presença da educadora social, uma mulher que já esteve em situação de rua e, após superar essa condição, hoje atua em parceria com diversas instituições do terceiro setor que trabalham no território. Sua trajetória reforça a importância do protagonismo de pessoas com experiências vividas na construção e execução de políticas e projetos sociais, trazendo um olhar mais próximo da realidade da população atendida e fortalecendo as redes de apoio no SCS.

3.1.2. Café com Escuta

O projeto Café com Escuta surgiu em 2018, por uma iniciativa da ativista de direitos humanos e psicóloga Márcia Caldas, e tem como objetivo fornecer uma escuta ativa dos problemas e percepções das pessoas que se encontram em situação de rua no Setor Comercial Sul, entendendo os medos e necessidades dessa população local, enquanto se oferece um café da manhã comunitário e coletivo. Esse coletivo foi escolhido por conta da periodicidade de encontros e pela afinidade da Márcia com os frequentadores do Café com Escuta.

O projeto é tocado de maneira horizontal e descentralizada, no qual as decisões são tomadas conjuntamente pelos frequentadores do local, incluindo a Márcia, os voluntários e as pessoas em situação de rua. As visitas às ações foram de extrema importância para interpretação da realidade social vivida pela população assistida, e as necessidades que o terceiro setor poderia atuar, pois a partir destas visitas pude conhecer e me conectar com a rua e com as pessoas que estão nela.

Como o Café com Escuta era realizado toda sexta feira pela manhã, várias pessoas, entre voluntários e pessoas em situação de rua, passavam pela quadra 5 do Setor Comercial Sul para conversar e partilhar o café. Com essa rotatividade de pessoas e o fluxo intenso e instável na rua, sempre alerta, fica fácil identificar o porquê a estrutura dos movimentos sociais precisam ser flexíveis, porém resistentes, como é o caso do projeto, que já existe e resiste a 5 anos e passou por diversas transformações e dificuldades ao longo da existência, como a pandemia.

O Café com Escuta tem um papel na soma da construção do conhecimento e da luta pelo direito da população em situação de rua, com discussões sobre a rua sendo repetidas sempre durante os encontros, com diferentes pontos de vistas e perspectivas. Além disso, contam com a participação de várias representações de entidades públicas, como o Consultório na Rua e CapsAD, e também de representantes de associações e movimentos sociais, que aparecem constantemente, como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR).

3.2. Estratégias e ações utilizadas pelo terceiro setor para a realização dos objetivos

Para identificar as estratégias e ações utilizadas pelo terceiro setor para a realização de seus objetivos, foi necessário conhecer os objetivos das organizações estudadas. Neste caso, as organizações aqui estudadas são o Instituto Cultural e Social No Setor e o Café com Escuta.

Segundo o estatuto do Instituto Cultural e Social No Setor, a organização tem por objetivos:

- 4.1) Fundar, adquirir, manter e/ou administrar serviços, programas e projetos ou estabelecimentos de assistência social, de educação, de cultura, inserção profissional, saúde e afins, inclusive com personalidade jurídica própria, se necessário;
- 4.2) Promover a assistência à criança, às famílias carentes, aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e em situação de rua, portadores de necessidades especiais [pessoas com deficiência], para melhoria da qualidade de vida, podendo formar parcerias, convênios e associações para implantação e implementação de equipamentos públicos para a prestação de serviços à população em geral, nas áreas da educação, direito à cidade, meio ambiente, preservação do cerrado, desenvolvimento sustentável, liberdade de expressão, tecnologia, empreendedorismo, economia criativa, esporte e transporte (No Setor, 2020).

No que tange ao serviço de defesa e garantia de direitos para a população em situação de rua, o Instituto No Setor se inscreveu no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS-DF) e tem por objetivo:

1. Mediar acesso aos direitos por meio de articulação com o Sistema de Garantia de Direitos¹¹ e de encaminhamentos para os serviços públicos e da sociedade civil, promovendo acesso à cidadania.
2. Produzir e promover acesso a informações e dados relevantes sobre a realidade social vivenciada no território e sobre o acesso a direitos.
3. Impulsionar o desenvolvimento do empoderamento individual e coletivo, o processo de construção de autonomia e formas de participação social,
4. Promover a convivência e o bem estar comunitário, visando o fortalecimento de relações saudáveis (No Setor, p. 4, 2023).

A análise dos objetivos propostos pela organização revelou que as ações direcionadas à população em situação de rua podem gerar impactos significativos na comunidade. No entanto, muitas das atividades que serviriam para o cumprimento destes objetivos não estavam mais em operação durante o período de residência. A pesquisa, então, se atentou às atividades mais frequentes no território, que incluíam o Ateliê Aberto, o Banheiro Público do SCS e o Futebol Golzinho. Embora outras ações tenham sido registradas, elas não foram observáveis durante as visitas de campo. Além dessas atividades, o coletivo Café com Escuta também foi ponto focal da pesquisa, com as idas ao território sendo frequentes e a confiança conquistada para que essa pesquisa pudesse ser realizada.

Com a pandemia de 2020, ficou evidente a importância de fortalecer os vínculos comunitários, e o instituto, com sua expertise em mobilização e criação de redes de apoio,

¹¹ O Sistema de Garantia de Direitos é a articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, efetivando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco legal brasileiro de 1990.

ampliou suas ações para atender as necessidades da população em situação de rua. Ao integrar cultura e ação social, o No Setor busca demonstrar como a arte e a cultura podem ser ferramentas úteis para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Já ao longo de meados de 2020 a 2023, houve uma diminuição considerável nas atividades voltadas à população em situação de rua realizadas pelo Instituto No Setor. Essa redução pode ser atribuída à diminuição do número de voluntários no período, conforme indicado no Relatório Anual 2022/2023 da organização. No entanto, com o projeto “Formas da Rua”, explicado na seção 3.3.1, algumas ações voltaram a ser realizadas e outras foram reformuladas a fim de um maior aproveitamento da população do Setor Comercial Sul.

É importante pontuar que o mesmo esvaziamento também aconteceu com o Café com Escuta, em diferentes períodos. Durante a residência, no ano de 2023, existiam vários voluntários que acompanhavam o projeto, porém, em 2024, verifiquei que o número de voluntários decresceu, de cerca de 10 voluntárias para 5 pessoas que iam ao território toda sexta-feira pela manhã. O motivo deste esvaziamento aconteceu principalmente pelo fim da parceria que promovia o estágio de algumas universidades com o Café com Escuta. Esse esvaziamento não é necessariamente ruim, no caso do Café com Escuta, pois o coletivo espera que o foco seja a interação entre a população em situação de rua, e não entre pesquisadores e estagiários, segundo a idealizadora.

É importante mencionar uma entrevista com uma pessoa importante do SCS. Ao ser perguntado se ele acredita que as atividades do Instituto Cultural e Social No Setor geram algum impacto na vida da pessoa em situação de rua, ele disse que embora reconheça a importância do NS para o Setor Comercial Sul, ele acredita que muitas das ações atuais do Instituto ainda não atendem plenamente às necessidades da população em situação de rua. Para melhorar essa situação, ele sugeriu ações de conscientização sobre os direitos assegurados pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, atividades voltadas para a reintrodução social e, principalmente, o resgate da cultura de rua. O entrevistado criticou a cultura do Instituto No Setor, descrevendo-a como “elitista” e não representativa da realidade da rua. Ele destacou que atividades culturais voltadas para a rua, como oficinas de hip hop e grafite, poderiam promover uma maior identificação da população e até mesmo contribuir para sua saída da situação de rua.

Em 2022, o Instituto No Setor, em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal (SETRAB) e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC), executou dois projetos. O Setor de Capacitação Social ofereceu cursos profissionalizantes para pessoas

em situação de vulnerabilidade, enquanto a Escola Carnavalesca desenvolveu um plano de governança para o Carnaval de Brasília e formou novos profissionais da área da produção cultural. Essas iniciativas demonstram a importância das parcerias entre o terceiro setor e o poder público para o desenvolvimento da cidade.

Durante as visitas de campo, foram observadas muitas situações pertinentes à relação do terceiro setor, mais especificamente o Café com Escuta e o Instituto No Setor, com a população em situação de rua fixada ali, principalmente a partir de conversas e reflexões com os colaboradores e com as pessoas ali residentes, como por exemplo a sensação de proteção e segurança que as pessoas em situação de rua sentem com as organizações do terceiro setor que atuam no Setor Comercial Sul. Um exemplo para ilustrar a situação é a criação de um grupo no *whatsapp* com as organizações do SCS e algumas pessoas em situação de rua que estão presentes nas ações e atividades, de maneira a não perder contato e informar sobre os acontecimentos da região, incluindo os confrontos com entes do GDF.

Apesar da boa convivência observada atualmente, as relações entre o coletivo e a população em situação de rua nem sempre foram harmoniosas. Durante uma entrevista, Theresa destacou que, no início das atividades do coletivo, havia resistência por parte das pessoas em situação de rua em aceitar o apoio oferecido, além de desentendimentos entre os membros do coletivo e os moradores que já ocupavam o território. Esse cenário começou a mudar quando o coletivo compreendeu que, para implementar seu projeto de revitalização no Setor Comercial Sul, era fundamental entender a dinâmica do território e das pessoas que ali habitavam. A partir dessa compreensão, foram elaboradas estratégias para lidar com o abandono histórico do SCS e com as demandas específicas de seus habitantes, a população em situação de rua.

As relações entre as instituições do terceiro setor, especialmente o Instituto No Setor e o Café com Escuta, com o GDF são marcadas por desafios, tensões e a necessidade constante de negociação. Segundo a coordenadora do Instituto Cultural e Social No Setor, a interação com o Governo do Distrito Federal dentro das redes de políticas públicas oscila entre momentos de aproximação e distanciamento. Embora haja uma visão crítica sobre a atuação do governo distrital, a coordenadora ressalta que romper completamente esses vínculos não é uma opção viável, uma vez que muitos projetos do Instituto dependem de recursos públicos para serem executados.

Já Márcia, idealizadora do Café com Escuta, compartilhou experiências que evidenciam essas tensões, mencionando embates com a Polícia Militar durante as ações do coletivo. Em

algumas ocasiões, membros do grupo chegaram a ser levados à delegacia devido a conflitos ocorridos no momento das atividades. Esse tipo de situação ilustra como a presença do terceiro setor no Setor Comercial Sul não apenas oferece suporte à população em situação de rua, mas também enfrenta barreiras institucionais que limitam sua atuação.

Nas entrevistas e conversas mais recentes, realizadas em 2025, surgiram ainda relatos sobre a redução da presença de programas públicos voltados para essa população, como o Consultório na Rua e o CAPSad, que já não atuam com a mesma frequência na região. A ausência desses serviços agrava ainda mais as dificuldades enfrentadas pela população de rua e pelos coletivos que tentam suprir essas lacunas. Essas contradições e desafios revelam a complexidade de manter uma rede de políticas públicas ativa e funcional, especialmente diante das relações instáveis entre os diferentes atores envolvidos.

Durante a pandemia, o Instituto No Setor intensificou suas ações culturais no território, mas também enfrentou desafios significativos, como as ações de retirada de pertences da população em situação de rua promovidas pelo GDF. Em resposta, entidades do terceiro setor, como o No Setor, BSB Invisível e Café com Escuta começaram a registrar e divulgar esses acontecimentos nas redes sociais, gerando grande repercussão e visibilidade para a causa. Os vídeos viralizados não apenas denunciaram as práticas ostensivas, mas também fortaleceram a credibilidade e a notoriedade destas organizações, posicionando-as como um importante aliado da população em situação de rua e como uma voz ativa na defesa de seus direitos no Setor Comercial Sul.

Entre as principais atividades desempenhadas pelo terceiro setor, destacam-se a oferta de refeições, rodas de conversa, oficinas de capacitação e eventos culturais, que são desenvolvidos com o intuito de proporcionar dignidade e promover a autonomia dessas pessoas. Estas organizações buscam criar um ambiente onde a população de rua possa participar ativamente, resgatando sua autoestima e pertencimento social. Tais ações trazem a oportunidade de estabelecer um diálogo mais humanizado e transformador entre as entidades do terceiro setor e quem vive na rua. Dessa forma, a relação entre a população em situação de rua e o terceiro setor se torna não apenas uma via de assistência, mas também um espaço de construção de cidadania e resistência à exclusão social.

Essas atividades são fundamentais, pois contribuem para o resgate da autoestima das pessoas em situação de rua, oferecendo-lhes a oportunidade de se sentirem valorizadas e de dialogarem em condições de igualdade com outros participantes. No ateliê aberto, por exemplo, surgiram diversas dúvidas relacionadas aos processos burocráticos para a solicitação

ou obtenção de benefícios sociais. Muitas dessas questões foram esclarecidas por participantes que já haviam passado por essas experiências, o que tornou as interações mais ricas e significativas. Essa troca de conhecimentos não apenas fortaleceu a compreensão dos processos, mas também fomentou a criação de vínculos comunitários, promovendo um ambiente de apoio mútuo e solidariedade entre os presentes.

Entre os desafios mais evidentes enfrentados por essa população está a obtenção de documentação básica, muitas vezes exigida como pré-requisito para acessar serviços essenciais, como saúde, assistência social e programas habitacionais. As organizações do terceiro setor frequentemente assumem a função de orientar e acompanhar essas pessoas em mutirões para emissão de documentos ou em processos junto a cartórios e órgãos governamentais. Além de facilitar o acesso, essas entidades ajudam a população a compreender as etapas burocráticas, reduzindo o impacto de barreiras administrativas que frequentemente perpetuam a exclusão social. Essa prática não só promove o atendimento às demandas imediatas, mas também fortalece a confiança entre a população em situação de rua e o Estado, ainda que indiretamente.

Em uma entrevista realizada em 2025, representantes do projeto Formas da Rua do Instituto No Setor relataram que o atual procedimento adotado para atender a determinadas demandas consiste no “encaminhamento”, uma prática amplamente utilizada no serviço social. Esse procedimento busca direcionar demandas que não podem ser atendidas diretamente pela unidade onde o atendimento inicial ocorre. O encaminhamento é formalizado por meio de um ofício, no qual são descritos o motivo da procura e informações relevantes para o serviço requisitado. Esse documento é entregue ao usuário, que o apresenta no local de destino, facilitando a comunicação e a intermediação entre os serviços.

No entanto, para garantir a familiarização do usuário com o novo ambiente e reduzir possíveis barreiras, a primeira visita é acompanhada por um colaborador do instituto, que oferece suporte inicial. Essa abordagem não apenas assegura o acesso imediato ao serviço, mas também promove autonomia, capacitando o indivíduo para que, em visitas futuras, possa retornar por conta própria, sem necessidade de acompanhamento. Assim, o instituto desempenha um papel duplo: atua como mediador no acesso aos serviços públicos e fomenta a independência dos usuários em seus processos de inserção e cuidado.

Em uma entrevista com a coordenadora executiva do NS, ressaltou a falha do Instituto em algumas ações por falta de apoio, e reafirmou a importância das redes de políticas públicas na promoção da ação pública e direitos à população em situação de rua do Setor Comercial Sul. No que diz respeito à relação de redes de políticas públicas, após entrevistas com a coordenadora-executiva e o coordenador-geral, foi reforçado várias vezes que as ações do

Instituto No Setor só aconteceram através destas redes, por meio do apoio da sociedade civil e de recursos oriundos do setor público e privado, evidenciando a importância das relações entre os atores envolvidos nas políticas e ações públicas (Lascoumes; Le Galés, 2012) e a criação e manutenção das redes de políticas públicas. Isso reflete a necessidade de um envolvimento maior do poder público, que deve não apenas apoiar o terceiro setor, mas também desenvolver políticas que articulem e fortaleçam essas redes de ações públicas, garantindo sua sustentabilidade e ampliando seus impactos.

4. O PAPEL DO TERCEIRO SETOR PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL

Quando partimos para a pergunta de pesquisa “Qual o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul?”, torna-se essencial refletir sobre as diversas situações observadas durante as visitas de campo e entrevistas relatadas ao longo deste estudo, promovendo uma análise aprofundada dos dados coletados. Os resultados indicam que as organizações do terceiro setor promovem o empoderamento e autonomia da população em situação de rua, além de exercer a defesa e garantia dos direitos da população em situação de vulnerabilidade através do fortalecimento das redes de políticas públicas e têm um relevante papel intermediador entre a população em situação de rua e o poder público, frequentemente preenchendo lacunas deixadas pela insuficiência da ação estatal.

O Setor Comercial Sul, ao longo das últimas décadas, tem sido um espaço de acolhimento para diversas organizações da sociedade civil. Esses movimentos atuam de maneira articulada, tanto no âmbito territorial quanto no contexto mais amplo do Distrito Federal, contribuindo para a criação e formulação de ações, projetos e políticas públicas em diversas áreas. A atuação destas organizações da sociedade civil encontram respaldo na teoria do terceiro setor no Brasil, que reconhece o papel dessas entidades como mediadoras entre o Estado e a sociedade civil. Conforme Salamon e Anheier (1992), o terceiro setor é caracterizado por um conjunto de organizações privadas, sem fins lucrativos, que promovem atividades de interesse público, muitas vezes suprimindo lacunas deixadas pelo poder público. Nesse sentido, as organizações que atuam no Setor Comercial Sul exemplificam a capacidade do terceiro setor de mobilizar recursos e conhecimentos para responder às demandas locais, especialmente em áreas onde o Estado não consegue atender de forma eficiente.

Observando o trabalho do Instituto No Setor e do Café com Escuta, essa mediação é particularmente evidente na facilitação de acesso a serviços essenciais, como para participação dos mutirões para emissão de documentos, nas assembleias semanais e nas assessorias jurídicas, conforme mencionado no quadro no anexo B. No entanto, o alcance dessas ações é limitado. As principais restrições estão ligadas à falta de recursos, à escassa articulação com políticas públicas mais abrangentes e à ausência de uma estratégia integrada que envolva todos os atores relevantes no enfrentamento das complexas necessidades dessa população.

Segundo Pires, Galiza e Mostafa, a “competição de poderes em nível local é que abre espaço para a existência da atividade de intermediação e, nesse sentido, isto não advém de ausência de Estado, mas, sim, de uma relação complexa deste com a sociedade civil” (2023).

Isto é, para que haja um espaço na atividade de intermediação, é necessário, segundo esse raciocínio, que o Estado reduza sua oferta de serviços, abrindo um campo de atuação na qual essa intermediação se faça necessária. Com este campo de atuação aberto, os autores supõem que, pela lógica neoliberal, inclusive citada anteriormente por Dagnino (2004), já existe uma rede de organizações à espreita buscando essas oportunidades. A partir dessa lógica neoliberal, o Estado vai aos poucos sucateando as políticas públicas para que seja necessário uma atuação progressiva dessas redes/organizações. Segundo os autores, essa redução das atividades, leia-se aqui: lacunas, podem sempre ter existido, só que no arranjo estatal (ou seja, ausência do Estado).

O tipo de aproximação promovido pelas instituições do terceiro setor com a população em situação de rua, como com a criação de um grupo de whatsapp, evidencia que a atuação extrapola a prestação de serviços e trabalha também a promoção de inclusão social e o reforço dos laços comunitários. Ao garantir que as pessoas em situação de rua façam parte ativa de uma rede de informações, promove-se o empoderamento desses indivíduos, assegurando que estejam cientes de situações que podem afetar suas vidas diretamente, como os confrontos com as forças de segurança, que muitas vezes representam ameaças à sua permanência no local, permitindo que a população esteja mais preparada para lidar com as situações de vulnerabilidade ou remoção.

Isso destaca uma relação de confiança estabelecida entre as organizações do terceiro setor e a população afetada, em que instituições são vistas não apenas como fornecedoras de assistência, mas também como protetoras dos direitos e da dignidade dessa população. Dessa forma, a rede virtual criada fortalece a noção de pertencimento e coesão, aspectos frequentemente negligenciados nas ações voltadas para essa população.

A atuação do terceiro setor, exemplificada pela criação de um grupo de WhatsApp para integrar pessoas em situação de rua e organizações atuantes no Setor Comercial Sul, reflete os princípios centrais da teoria da ação pública, conforme Lascoumes e Le Galès (2012). Ao enfatizar os modos de intercâmbio e agregação entre atores coletivos e individuais, essa teoria destaca que a ação pública não se limita às iniciativas governamentais, mas emerge também das interações e articulações entre diferentes atores da sociedade.

Essa dinâmica também encontra ressonância na teoria das redes de políticas públicas, conforme discutido por Rhodes (2007), ao considerar que políticas mais eficazes dependem da articulação entre múltiplos atores, como o terceiro setor, o poder público e a sociedade civil. Essa articulação fortalece as redes de políticas públicas ao criar um fluxo de informações bidirecional, promovendo não apenas o acesso aos direitos, mas também a integração social e

a resistência frente a ações que potencialmente ameaçam essa população. Dessa forma, as teorias da ação pública e das redes de políticas públicas convergem para evidenciar que o fortalecimento das interações e das redes comunitárias é fundamental para construir políticas inclusivas e participativas.

O fato de as organizações do terceiro setor e a população de rua terem um canal de comunicação direto também demonstra uma horizontalidade nas relações, o que contrasta com a abordagem muitas vezes hierárquica das políticas públicas. Essa estrutura mais participativa sugere que o terceiro setor, ao menos no contexto do Setor Comercial Sul, tem conseguido se aproximar de uma prática de ação pública bottom-up, onde as próprias necessidades e demandas da população atendida são ouvidas e inseridas nos processos de decisão e intervenção das ações públicas realizadas, como por exemplo no caso do banheiro público, que é coordenado por pessoas em situação de rua que trabalham para o Instituto No Setor.

É importante destacar que nem todas as ações desenvolvidas pelas organizações do terceiro setor correspondem integralmente às demandas expressas pela população em situação de rua do Setor Comercial Sul. Algumas atividades promovidas Instituto Cultural e Social No Setor podem não representar a totalidade das vivências da rua, incorporando elementos que, em alguns casos, são percebidos como elitistas e distantes da cultura local. No entanto, ao retornar ao Instituto para discutir essas percepções em 2025, foi possível perceber que muitas das críticas foram assimiladas pela organização, especialmente no que se refere à adequação das atividades às realidades da população atendida.

Um exemplo emblemático dessa dualidade é o Ateliê, uma das ações que recebeu críticas de alguns entrevistados informais, mas que, ao mesmo tempo, era amplamente valorizada por outros participantes. Apesar das ressalvas, a atividade nunca estava vazia, evidenciando seu impacto e relevância para uma parcela significativa da população. A partir das experiências observadas e narradas durante a pesquisa, ficou evidente que a adesão ao Ateliê ia além do interesse pelo aprendizado de uma nova habilidade. O espaço funcionava também como um convite para que os participantes se sentassem com os colaboradores das organizações e compartilhassem suas experiências, aspirações e sentimentos. Essa dinâmica ressignifica a atividade, tornando-a não apenas um espaço de aprendizado, mas também um ambiente de acolhimento e escuta. Nesse sentido, sua função se assemelha à proposta do Café com Escuta, onde a construção de laços se dá por meio da oferta de alimentos e do diálogo, criando um espaço seguro para a expressão e o fortalecimento das relações comunitárias.

A análise dos resultados desta pesquisa também revela que o papel do terceiro setor vai além da intermediação dos serviços públicos para a população em situação de rua da

região, contribuindo para processos de emancipação e empoderamento dessa população. As iniciativas desenvolvidas pelas organizações, como o apoio na mediação dos mutirões para emissão de documentos e as assessorias jurídicas, não só oferecem assistência prática, mas também promovem a autonomia dos indivíduos ao viabilizar o acesso a direitos básicos, como a regularização de documentos e a possibilidade de reintegração social. Esse processo de empoderamento ocorre quando a população em situação de rua passa a ter um maior controle sobre suas próprias vidas. A participação ativa nas assembleias semanais ou às sextas feiras com o Café com Escuta, por exemplo, onde as pessoas podem expressar suas necessidades e discutir questões de interesse coletivo, reflete uma mudança significativa nas relações de poder.

As ações descritas, que promovem a autonomia e o empoderamento da população em situação de rua, encontram respaldo nos princípios da teoria da ação pública, conforme Lascoumes e Le Galès (2012), ao evidenciarem que as políticas públicas podem ser transformadas e ressignificadas pela interação entre atores diversos. Segundo essa perspectiva, o terceiro setor não apenas executa ações práticas, mas também atua como catalisador de mudanças ao construir espaços de participação ativa. Esses espaços representam o que Lascoumes e Le Galès definem como "intercâmbios e agregações" entre atores individuais e coletivos, promovendo uma gestão mais democrática e inclusiva, onde os indivíduos deixam de ser receptores passivos para se tornarem agentes de suas próprias trajetórias. Esse protagonismo, essencial para o processo de emancipação, reflete um fortalecimento das capacidades individuais e coletivas que transforma as dinâmicas de poder nas redes de políticas públicas.

A pesquisa também evidencia que esse processo de emancipação encontra barreiras. A falta de uma articulação mais ampla com políticas públicas continuadas limita o potencial de transformação social dessas ações. Isto fica evidente ao analisarmos à luz da perspectiva das redes de políticas públicas, conforme analisado por Rhodes (2007). Segundo os autores, a efetividade dessas iniciativas depende diretamente da articulação entre o terceiro setor, o poder público e outros atores. A pesquisa realça que, embora as ações do terceiro setor sejam fundamentais para viabilizar o acesso a direitos básicos, sua sustentabilidade e impacto a longo prazo estão limitados pela ausência de ações públicas integradas e de alcance sistêmico, ou seja, sem o apoio estruturado do Estado, os avanços conquistados pelo terceiro setor em termos de empoderamento e autonomia da população de rua acabam sendo parciais e, em muitos casos, temporários.

Essa lacuna reforça a importância de redes de políticas públicas mais bem estruturadas, onde o Estado desempenhe um papel ativo e coordenado, potencializando as iniciativas do terceiro setor. O fortalecimento dessas redes permitiria que as ações de empoderamento e emancipação não fossem meramente episódicas, mas se tornassem mecanismos permanentes de enfrentamento das causas estruturais da exclusão social.

Ao fazer uma comparação dos serviços prestados nos dois relatórios anuais (quadro 1) do Instituto NS apontados no quadro apresentado no anexo B, fica evidente que as ações desempenhadas pelo Instituto foram perdendo a força e a participação da sociedade devido a diminuição dos voluntários nas atividades, conforme trecho “Entre 2021 e 2022, com a redução do voluntariado, a capacidade de atendimento variou de 5 a 10 pessoas diariamente durante os dias úteis para 2 pessoas diariamente” (No Setor, p. 6, 2022). Esse dado aponta para a fragilidade das iniciativas do terceiro setor quando não há um suporte contínuo e robusto de recursos, sobretudo humano, o que limita o alcance e a efetividade das ações desenvolvidas.

Além disso, a análise dos relatórios indica que as atividades desenvolvidas no primeiro ano do NS foram marcadamente mais assistenciais, com foco em arrecadação de alimentos, roupas e itens de higiene, necessárias em função das ações constantes de retirada dos pertences da população em situação de rua pelo DF Legal¹². Essa dinâmica revela que o terceiro setor, muitas vezes se vê compelido a responder às crises imediatas e às necessidades emergenciais, o que pode desviar o foco de ações mais estruturantes e de longo prazo, voltadas para a reinserção social e a garantia de direitos. A comparação com o segundo relatório, no entanto, demonstra que, apesar da redução das atividades, houve um esforço por parte do Instituto em promover articulações com o Sistema de Garantia de Direitos e direcionar a população para serviços públicos, buscando uma atuação mais integrada e menos paliativa.

Embora as iniciativas do Instituto No Setor e do Café com Escuta possam surtir efeitos positivos, essas demandas deveriam ser, de fato, responsabilidade e preocupação do poder público, conforme estabelece o Decreto Nº 7053/2009. No entanto, diante da morosidade e do aparente desinteresse em resolver tais questões, uma vez que as ações do GDF no Setor Comercial Sul demonstram tal comportamento, como por exemplo, a intimidação dos coletivos que prestam apoio no território, tornou-se necessário que a sociedade civil organizada tomasse a iniciativa no Setor Comercial Sul, buscando mitigar o problema de maneira transversal e facilitar o acesso a serviços.

¹² [Vídeos: DF Legal recolhe pertences de moradores de rua do Setor Comercial | Metrôpoles \(metropoles.com\)](#)

A literatura sobre redes de políticas públicas, conforme aponta Rhodes (2007), sugere que a eficácia das intervenções sociais depende da capacidade de articulação entre os diferentes atores envolvidos — governo, terceiro setor, iniciativa privada e a própria comunidade. Os resultados desta pesquisa indicam que, no caso do Setor Comercial Sul, essa articulação ainda é fragmentada e carece de uma coordenação que alinhe as diversas iniciativas em uma estratégia comum. As entrevistas realizadas revelam uma percepção comum de que as ações, embora bem-intencionadas e necessárias, muitas vezes são insuficientes para provocar mudanças significativas sem o apoio contínuo e estruturado das políticas públicas.

A principal crítica feita pelos entrevistados informais diz respeito à falta de ações que promovam a conscientização sobre os direitos garantidos pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, bem como à ausência de atividades que ajudem essas pessoas a superar a condição de rua. Segundo um dos entrevistados, iniciativas voltadas ao empoderamento da população, por meio de informações e estratégias de ascensão social, além de ações integrativas com a cultura de rua são fundamentais para transformar a realidade vivida por essas pessoas.

Ainda que paradoxal, a arte permite uma gama de possibilidades, promove processos de descobertas de si e do mundo, o engajamento, a tomada de decisão, o desvio do álcool e outras dependências, o alívio de problemas relacionados à saúde mental, reconhecimento e respeito (Silva apud Thomas et al, p. 74, 2011).

Essas críticas ressaltam a importância de reavaliar as práticas atuais do terceiro setor no Setor Comercial Sul, promovendo intervenções mais alinhadas com as vivências e aspirações da população em situação de rua. Ações que dialoguem diretamente com a cultura da rua e que reforcem a conscientização sobre os direitos são apontadas como caminhos essenciais para que o terceiro setor desempenhe um papel mais transformador e inclusivo no enfrentamento dessa problemática social.

Atualmente, o Instituto Cultural e Social No Setor exerce uma influência significativa tanto nas redes sociais, onde inicialmente ganhou visibilidade, quanto no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS-DF) e no próprio território do Setor Comercial Sul, onde está sediado. Dada essa influência e a sua intensa atuação no local, seria estratégico que a organização utilizasse essas habilidades como um ponto primordial para fortalecer as relações institucionais entre os diversos setores da sociedade. O Café com Escuta também se mostra um importante aliado da população em situação de rua na defesa e garantia dos direitos.

Durante todas as sextas feiras são debatidas questões comuns ao território do Setor Comercial Sul e quem o habita. Esse espaço de diálogo abre uma arena de debates sobre quais são as reais necessidades da população em situação de rua falada por eles mesmos, tentando encontrar soluções para as problemáticas discutidas.

A partir destas reflexões, compreende-se que o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul caminha para algumas direções: 1) a intermediação do terceiro setor para com a população em situação de rua nos serviços públicos, de modo a facilitar o acesso aos direitos da população afetada; 2) o apoio à defesa e garantia de direitos, de forma a emancipar e instrumentalizar a população em situação de rua através de instrumentos que possam cumprir esse objetivo; e 3) fortalecimento das relações de redes de políticas públicas, de maneira a incentivar a participação de todos os setores da sociedade nos processos de entrada na agenda, formulação, implementação e monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul, com predominância na escuta da população a ser beneficiada.

A atuação das organizações do terceiro setor também podem ser interpretadas pela lente da teoria da ação pública, conforme delineada por Lascoumes e Le Galès (2012). Segundo os autores, a ação pública envolve não apenas o Estado, mas também um conjunto de atores sociais que participam da formulação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, as organizações do terceiro setor no Setor Comercial Sul desempenham um papel essencial ao colaborar na criação de soluções e ações públicas que atendem às demandas locais, como a assistência a pessoas em situação de rua.

Ademais, o desempenho das organizações do terceiro setor está intrinsecamente ligado ao conceito de redes de políticas públicas que, de acordo com Rhodes (1996), se referem às interações entre múltiplos atores na governança e formulação de políticas. As organizações da sociedade civil no Setor Comercial Sul fazem parte dessas redes, colaborando com o Estado e outras entidades para desenvolver estratégias de intervenção que sejam mais eficazes e ajustadas à realidade local. Através dessa articulação, essas organizações não apenas fortalecem suas capacidades de influência (Galés; Lascoumes, 2012), mas também promovem uma governança mais inclusiva e participativa, que é fundamental para a sustentabilidade das políticas implementadas na região. É nesse entrelaçamento de interações que se desenha a relevância da relação entre o terceiro setor e a população em situação de rua, uma relação que possibilita a construção de ações públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades locais.

É imprescindível analisar, do ponto de vista da abordagem das redes de políticas públicas, como funciona a dinâmica das relações entre o terceiro setor e a população em situação de rua do Setor Comercial Sul desenvolvida nesse contexto, que são caracterizadas por uma proximidade e interação contínuas, indo além da prestação de serviços assistenciais. O terceiro setor atua não apenas como um provedor de ajuda material, mas também como um mediador nas demandas dessa população vulnerável, buscando atender suas necessidades imediatas e promover sua inclusão social. Essas interações são construídas a partir de uma convivência cotidiana, onde as organizações estabelecem vínculos com as pessoas em situação de rua, muitas vezes atuando como um elo de confiança que facilita o acesso a serviços e direitos.

A capacidade do terceiro setor de mediar a relação emocional e simbólica entre a população e as instituições públicas traz um aspecto importante: muitas vezes, pessoas em situação de rua carregam experiências negativas de interações anteriores com o sistema público (como evidenciado anteriormente) como discriminação ou desatenção, o que gera um sentimento de desconfiança e desamparo. Nesse sentido, o terceiro setor, ao atuar com abordagem humanizada, desempenha o papel de restaurar a confiança na possibilidade de atendimento digno. A presença constante de agentes do terceiro setor, que demonstram empatia e comprometimento com as demandas das pessoas em situação de rua, cria um ambiente mais acolhedor e diminui a sensação de vulnerabilidade, facilitando o encaminhamento para serviços de saúde, assistência social ou habitação.

Como evidenciado por Mostafa, Pires e Galiza (2023), muitos indivíduos em situação de rua encontram dificuldade para acessar políticas públicas devido à fragmentação dos serviços e à falta de uma abordagem integrada que considere suas múltiplas vulnerabilidades. Nesse cenário, o terceiro setor se posiciona como um ator importante, preenchendo lacunas deixadas pelo sistema estatal e lutando pela garantia de direitos.

Os coletivos, organizações da sociedade civil, associações, entre outros, conseguem ter mais adesão desta população pela proximidade que estabelecem em comparação com o Estado. Isso acontece porque o dia a dia de quem vive e sobrevive no Setor Comercial Sul é marcado por interações negativas com os órgãos governamentais, como ocorre, por exemplo, com as operações de retiradas de seus pertences. De acordo com Filho (2017), essas circunstâncias desencadeiam respostas defensivas por parte dos indivíduos em situação de rua, as quais podem manifestar-se através de resistência em estabelecer interações com agentes governamentais, incluindo entrevistadores, ou por meio de respostas evasivas ou inconsistentes, especialmente quando se sentem vulneráveis ou sujeitos a julgamentos.

A aproximação da população em situação de rua com o terceiro setor na região central de Brasília ocorre por meio da atuação sucessiva de organizações que têm como objetivo oferecer apoio direto a essa população em situação de vulnerabilidade. As organizações estudadas, por exemplo, desempenham um papel crucial ao fornecer não apenas serviços básicos, mas também ao criar um ambiente de inclusão e respeito. De acordo com a coordenadora executiva do Instituto No Setor, em entrevista, “a criação e fortalecimento de vínculos foi primordial para a boa execução e participação nas ações desempenhadas pelo Instituto”.

As ligações entre o terceiro setor e a população em situação de rua são fortalecidas pela abordagem humanizada adotada pelo terceiro setor, que busca promover o empoderamento dos indivíduos por meio da escuta ativa e da participação nas atividades. Além das ações assistenciais, como a distribuição de alimentos e roupas, muitas dessas instituições procuram criar espaços de diálogo, onde a população em situação de rua possa expressar suas necessidades e contribuir para a formulação das ações desempenhadas. Essa dinâmica é especialmente importante porque permite que a população assistida participe ativamente das iniciativas, sentindo-se parte de um processo de transformação, o que ajuda a construir laços de confiança, pertencimento e empoderamento.

Sob a perspectiva da teoria das redes de políticas públicas, a interação entre o terceiro setor, o Estado e a população em situação de rua reflete uma articulação estratégica entre diferentes atores sociais, onde cada um desempenha um importante papel na construção de políticas mais representativas e inclusivas. Essas redes são compostas por uma diversidade de agentes, como governos, instituições do terceiro setor e privadas e a própria população afetada, que colaboram (ou deveriam colaborar) para a formulação e implementação das políticas. Isto inclui o fortalecimento de vínculos entre os setores citados, e também a criação de mecanismos de monitoramento das ações públicas desenvolvidas voltadas para a população em situação de rua do SCS e o auxílio na reivindicação pelos seus direitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender o papel do terceiro setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul (SCS), analisando as interações entre essas organizações, os serviços públicos e as pessoas em situação de rua. Desde sua concepção, a pesquisa justificou-se pela relevância de estudar um contexto marcado por vulnerabilidades sociais profundas, onde a atuação do terceiro setor se revela fundamental para suprir lacunas deixadas pelo poder público. A introdução situou o leitor nesse panorama, destacando não apenas a urgência do tema, mas também a complexidade das dinâmicas territoriais e institucionais envolvidas no SCS.

Ao longo da pesquisa, foi essencial destacar não apenas os desafios enfrentados pela população em situação de rua, mas também as dinâmicas de resistência e colaboração que emergem nesse contexto. O estudo estruturou-se a partir de objetivos claros, tanto gerais quanto específicos, voltados para a identificação do papel do terceiro setor e para a compreensão dos desafios e potencialidades dessa atuação na construção da ação pública e das redes de políticas públicas. Foi adotada uma abordagem qualitativa, de natureza exploratório-descritiva, que privilegiou métodos como a observação participante e as entrevistas despadronizadas. Essas escolhas metodológicas permitiram uma análise profunda e humanizada das interações cotidianas, desafios enfrentados e percepções dos diferentes atores envolvidos.

Durante a análise dos dados coletados, emergiu a relevância do papel desempenhado pelo terceiro setor na ação pública direcionada à população em situação de rua no Setor Comercial Sul. Essa importância se revela especialmente na compreensão das relações entre as organizações do terceiro setor e a comunidade local. Essa relação evidencia-se pela fragilidade do vínculo entre as pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul e os serviços públicos garantidos pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

Os dados analisados indicam que, embora as atividades realizadas pelo terceiro setor durante os anos da pandemia tenham causado um impacto significativo na população em situação de rua do Setor Comercial Sul, conforme observado nas visitas de campo, a manutenção desses serviços de maneira indefinida revela-se inviável. Essa constatação é reforçada pela análise dos resultados apresentados neste estudo, que destacam, entre outros aspectos, a escassez de colaboradores e voluntários, bem como a dificuldade de sustentar ações contínuas sem o apoio estruturado de políticas públicas e recursos consistentes. Nesse contexto, compreende-se que o papel do terceiro setor na ação pública direcionada à população em

situação de rua no Setor Comercial Sul manifestou-se em três frentes principais.

A primeira frente de atuação foi a intermediação entre a população em situação de rua e os serviços públicos, desempenhando um papel essencial na facilitação do acesso a direitos fundamentais. Essa intermediação reduziu barreiras burocráticas e institucionais, permitindo que as demandas dessa população fossem reconhecidas e melhor atendidas. A segunda frente concentrou-se na defesa e garantia de direitos, com ações que buscaram a emancipação e a instrumentalização da população assistida. Por meio de iniciativas voltadas para a regularização de documentos, assessorias jurídicas e outros instrumentos de apoio, o terceiro setor promoveu a autonomia e a reinserção social de indivíduos. Por fim, a terceira frente de atuação esteve ligada ao fortalecimento das redes de políticas públicas, incentivando a colaboração entre diferentes setores da sociedade, como governo, organizações civis e a própria população em situação de rua.

As redes de políticas públicas são ferramentas poderosas na gestão das políticas analisadas, pois envolvem uma diversidade de atores com diferentes perspectivas que podem influenciar o ciclo de políticas públicas (Lascoumes; Le Galés, 2012). No contexto do Setor Comercial Sul, a rede de políticas públicas inclui todas as entidades que prestam serviços na área, como por exemplo o Instituto No Setor, o Café com Escuta, o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), o coletivo Aroeiras, Tulipas do Cerrado, o Consultório na Rua, os comerciantes locais, e também a população em situação de rua que habita a região.

Dada a crescente problemática da população em situação de rua no Setor Comercial Sul, o estudo apresentado nesta monografia se mostra de grande relevância para o entendimento dos papéis desempenhados pelas organizações do terceiro setor. Isso é essencial para evitar que essas organizações assumam indevidamente as funções que deveriam ser do Estado, e para que elas se concentrem no seu papel proposto. Contudo, o estudo apresenta limitações, particularmente no que se refere à amostra, dado que a pesquisa se concentrou em apenas uma parte do território do Setor Comercial Sul.

Em termos de ação pública, a pesquisa aponta para a necessidade de fortalecer a rede de políticas públicas entre todos os atores presentes no território, pois a pesquisa também revelou limitações significativas. A falta de articulação ampla com políticas públicas de longo prazo e a escassez de recursos e voluntários comprometem a continuidade e a expansão das iniciativas do terceiro setor. Essa integração é essencial para garantir que as intervenções sejam mais do que apenas paliativas, mas sim parte de uma estratégia de longo prazo para a reinserção social e a garantia de direitos básicos para a população em situação de rua. Como sugerem autores como Calmon e Costa (2013) e Rhodes (2007), a construção de redes de políticas

públicas eficazes exige uma compreensão aprofundada das necessidades locais e uma articulação que envolva não apenas o governo e o terceiro setor, mas toda a sociedade.

Embora tenha sido possível entender o papel do terceiro setor na ação pública para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul, algumas questões permanecem abertas, como a necessidade de novas iniciativas que possam fazer com que a população de rua se sinta mais representada, além da necessidade de promoção de mais atividades que explorem o empoderamento da população em situação de rua e a sua emancipação.

No entanto, a interação entre o terceiro setor e o Governo do Distrito Federal (GDF), sob a ótica da teoria da ação pública e das redes de políticas públicas, revela um panorama de parcerias estratégicas, porém complexas. O terceiro setor, ao atuar diretamente com a população em situação de rua, supre lacunas deixadas pelas políticas públicas estatais, sendo um importante agente na mediação do acesso a direitos e serviços essenciais. As parcerias estabelecidas entre o terceiro setor e o GDF deveriam buscar potencializar a implementação das políticas voltadas a essa população, visando uma governança colaborativa, onde diferentes atores sociais – governo, organizações não governamentais e a própria população assistida – interagem de forma integrada para enfrentar os desafios impostos pela vulnerabilidade social. Essa dinâmica reflete o papel do terceiro setor no fortalecimento das redes de políticas públicas, contribuindo para uma ação pública mais inclusiva e eficaz no atendimento às demandas da população em situação de rua.

Ademais, espera-se que este estudo ofereça uma base para o aprofundamento de pesquisas futuras sobre o papel da ação pública, com foco na participação dos diversos setores da sociedade, especialmente o terceiro setor, de maneira a abordar as questões territoriais do Distrito Federal, para dentro e além do Setor Comercial Sul. Portanto, a partir das análises realizadas, fica claro que o papel do terceiro setor no Setor Comercial Sul é essencial, mas precisa ser fortalecido e melhor articulado com as políticas públicas. Somente através de uma rede de ações públicas que envolva múltiplos setores da sociedade será possível enfrentar de forma mais eficaz os desafios que afetam a população em situação de rua e promover a inclusão social de maneira sustentável.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Observatório de Recomendações Internacionais sobre Direitos Humanos**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2019.

BRASIL. **Resolução nº 06, de outubro de 2015**. Institui a Comissão dos Direitos da População em Situação de Rua, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Brasília, 06 de outubro de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília 23 de dezembro de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 9.894, de 27 de junho de 2019**. Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 27 de junho de 2019.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Mirando ao Revés as políticas públicas: Os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas**. Publicações da Escola Superior da AGU, [S. l.], v. 11, n. 4, 2019.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Redes e governança das políticas públicas**. RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, n. 1, 2013.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino e SILVA, Roberto da. **Metodologia científica** - 6 ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2007.

CODEPLAN. **Perfil da População em Situação de Rua do Distrito Federal**. Brasília, DF: Governo do Distrito Federal, 2022.

DAGNINO, Evelina. **¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**. En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 2001.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FILHO, Dario De Sousa e Silva. **Degradados filhos de Eva: população de rua e economia da miséria no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2007.

FISCHER, Frank. **Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista.** *NAU Social*, 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOMES, Bruna Gardin. **Tratamento estatal à população de rua do Setor Comercial Sul: biopolítica como forma de governamentalidade, limite do poder de polícia e o estado de exceção de fato como norma de governo.** Universidade de Brasília - Graduação - Brasília, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo.** In: Revista Temporalis, n.º 3, Brasília: Abepss, 2001.

INSTITUTO NO SETOR. **Estatuto No Setor.** Disponibilizado pelo Instituto Cultural e Social No Setor, 2020.

INSTITUTO NO SETOR. **Plano Estratégico No Setor 2023-2027.** Disponibilizado pelo Instituto Cultural e Social No Setor, 2023.

INSTITUTO NO SETOR. **Relatório Anual No Setor 2021 - 2022.** Disponibilizado pelo Instituto Cultural e Social No Setor, 2021.

INSTITUTO NO SETOR. **Relatório Anual No Setor 2022 - 2023.** Disponibilizado pelo Instituto Cultural e Social No Setor, 2022.

INSTITUTO NO SETOR. **Setor Comercial Sul - Perspectivas e Desafios - Censo Econômico e Social do Território.** Disponibilizado pelo Instituto Cultural e Social No Setor, 2022.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

LANDIM, Leilah. **Definindo o Setor Sem Fins Lucrativos: Brasil.** Documentos de Trabalho do Projeto Comparativo do Setor Sem Fins Lucrativos da Johns Hopkins, no. 9, editado por Lester M. Salamon e Helmut K. Anheier. Baltimore: Instituto Johns Hopkins de Estudos Políticos, 1993.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da ação pública.** 2012.

LIMA, Bruna de Araújo. **Buraco Fundo: um webdocumentário sobre pessoas em situação de rua no Setor Comercial Sul.** 2017.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MARE, **Cadernos MARE da Reforma do Estado**. RJ, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. - 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOSTAFA, Joana; PIRES, Roberto; GALIZA, Marcelo. **Processos de intermediação no acesso a serviços públicos : percursos e experiências das pessoas em situação de rua**. Boletim De Análise Político-Institucional, Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), 2023.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. - 1ª ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Nota Técnica, 2022.

PERES, Janaina Lopes Pereira; DE FREITAS BOULLOSA, Rosana; BESSA, Luiz Fernando Macedo. **O campo de políticas públicas na encruzilhada: aproximações teórico-metodológicas entre os estudos críticos, o pragmatismo e a gestão social**. NAU Social, v. 12, n. 22, p. 493-515, 2021.

PORTELLA, José Luiz Portella. **Políticas públicas pensadas para a população de rua são ineficientes**. Jornal da USP, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/podcast/sociedade-em-foco-176-politicas-publicas-pensadas-para-a-populacao-de-rua-sao-ineficientes/>

POWELL, Walter. Woodrow.; SMITH-DOERR, Laurel. **Networks and economic life**. In: N. Smelser; R. Swedberg, the handbook of economic sociology princeton: Princeton University Press, 1994, p. 368-402.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discourse and Power**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. In: **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 1992.

RHODES, Roderick Arthur William. **The new governance: governing without government**. *Political Studies*, [S.l.], v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996.

RHODES, Roderick Arthur William. **Understanding governance: policy networks, governance, reflexivity and accountability**. Buckingham: Open University Press, 2007.

RITTEL, Horst W. J.; WEBBER, Melvin M. **Dilemmas in a general theory of planning**. *Policy Sciences*, v. 4, 1973.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 32, n. 5, p. 25 a 67-25 a 67, 1998.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. **The third sector in the third world**. In: *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997. p. 1-35.

SARMENTO, Isabela Viegas Moraes. **A ineficácia das políticas destinadas à população em situação de rua**. Juruá Editora, 2020.

SEIDMANN, Susana et al. **Sociabilidades en los márgenes: Prácticas y representaciones sociales de personas en situación de calle en la Ciudad de Buenos Aires**, 2015.

SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S.; AVELAR, M. R.; OLIVEIRA, D. H. DE. Um Corre inusitado: arte, cultura e a população em situação de rua. **Expressa Extensão**, v. 20, n. 1, p. 72-79, 15 maio 2016.

SILVEIRA, Maria Luiza. **A construção do sentido na narrativa**. Parábola Editorial, 2010.

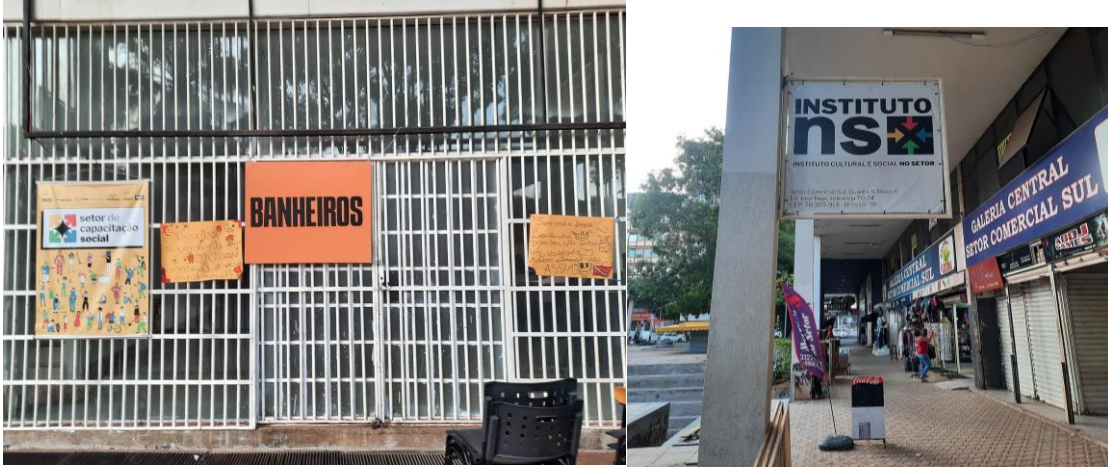
OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (1999) **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal**. Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes – NEDIC – FAPESP, pp. 55-82, 1999.

ORGANIZACIONAL, Dutra Gestão. **Desafios da parceria governo e terceiro setor**. Revista de administração, v. 33, n. 1, p. 12-19, 1998.

TEODÓSIO, A. DOS S. DE S.. **O terceiro setor e a cidade: impasses, desafios e perspectivas de ação de ongs no poder local**. Organizações & Sociedade, v. 11, n. spe, p. 155–169, 2004.

APÊNDICES

Apêndice A – Fotografias das visitas de campo realizadas



1. Entrada do Instituto Cultural e Social No Setor, Quadra 5 do Setor Comercial Sul



2. Banheiro Público do SCS



3. Café com Escuta



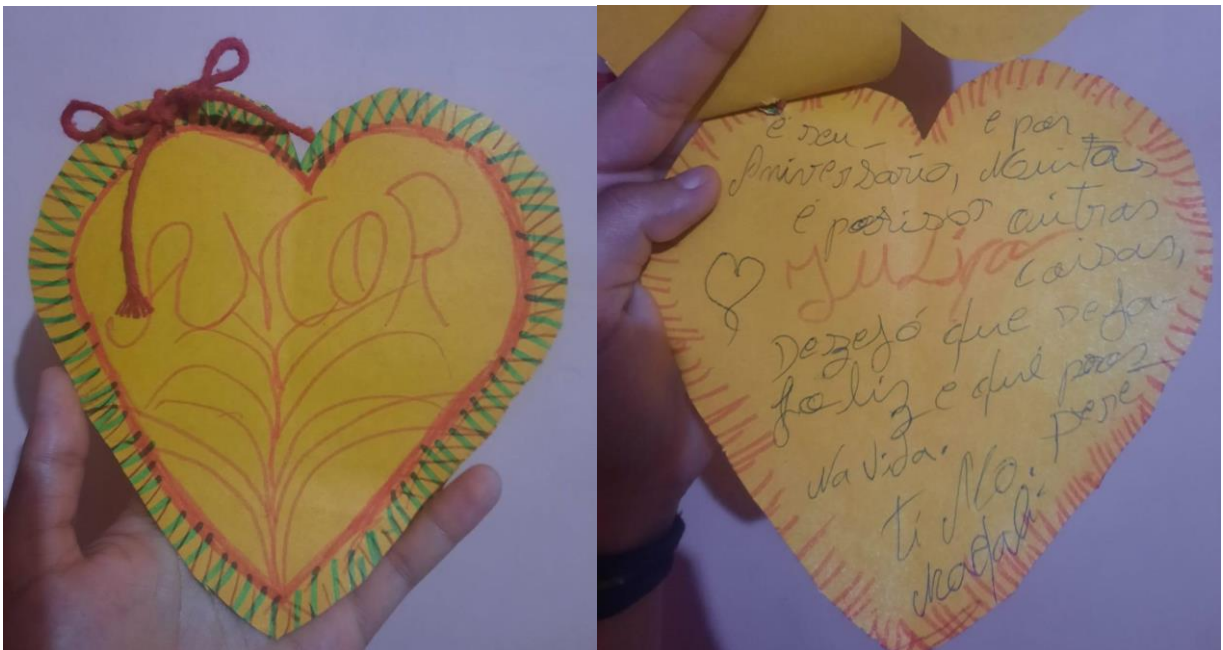
4. Atividade Ateliê



5. Dona Cleusa



6. Presentes que ganhei durante a imersão





ANEXOS

Anexo A – DECRETO Nº 7053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2023, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui uma Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, não faz uso da atribuição que a conferência do art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

DECRETO:

Arte. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser renovada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporária ou como moradia provisória.

Arte. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será inventada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem partilhadas.

Arte. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersectoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

Arte. 4º O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Arte. 5º São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade:

I - respeito à dignidade da pessoa humana;

II - direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - atendimento humanizado e universalizado; e

V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Arte. 6º São Diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - implantação e ampliação de ações educativas destinadas à superação do preconceito, e à capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - democratização do acesso e frutificação dos espaços e serviços públicos.

Arte. 7º São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

I - garantir o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e divulgar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos;

VI - cultivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e

geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;

VIII - incentivo à criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para a coleta de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas externas para estes segmentos;

IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;

X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;

XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e restrição dos serviços de hospedagem temporária, de acordo com o disposto no art. 8º ;

XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;

XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação à população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e

XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Arte. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deve observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição distribuída das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

§ 1º Os serviços de hospedagem temporária serão regulamentados nacionalmente pelas instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

§ 2º A estruturação e restrição de serviços de acolhimento devem ter como referência a necessidade de cada Município, considerando-se os dados das pesquisas de contagem da população em situação de rua.

§ 3º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, fomentar e promover a reestruturação e a ampliação da rede de acolhimento a partir da transferência de recursos aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

§ 4º A rede de hospedagem temporária existente deve ser reestruturada e ampliada para estimular sua utilização pelas pessoas em situação de rua, inclusive pela sua articulação com programas de moradia popular promovidos pelos Governos Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal.

Arte. 9º Fica instituído o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante e correspondente suplente de cada órgão a seguir descrito:

I - Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que o coordenará;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Justiça;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério da Educação;

VI - Ministério das Cidades;

VII - Ministério do Trabalho e Emprego;

VIII - Ministério dos Esportes; e

IX - Ministério da Cultura.

§ 1º ^A sociedade civil terá nove representantes, titulares e suplentes, sendo cinco organizações de âmbito nacional da população em situação de rua e quatro de entidades que tenham como específica o trabalho com a população em situação de rua.

§ 2º ^{Os} membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidades como quais representam e designados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Arte. 10. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersectorial das políticas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos de divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as metas sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, no âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Arte. 11. O Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua poderá convidar gestores, especialistas e representantes da população em situação de rua para participar de suas atividades.

Arte. 12. A participação no Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Arte. 13. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão o apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências.

Arte. 14. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua .

Arte. 15. A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República instituirá o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua, destinado a promover e defender seus direitos, com as seguintes atribuições:

I - divulgar e promover a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para a coleta de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciante;

II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua, no âmbito local;

III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;

IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e

V - investigar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

Arte. 16. Este Decreto entra em vigor nos dados de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2009; 188º ^{da} Independência e 121º ^{da} República

LUIZ	INÁCIO	LULA	DA	SILVA
Tarso				Genro
Fernando				Haddad
André	Peixoto		Figueiredo	Lima
José		Gomes		Temporão
Patrus				Ananias
João	Luiz		Silva	Ferreira
Orlando	Silva	de		Júnior
Márcio	Fortes		de	Almeida
Dilma Rousseff				

Este texto não substitui o publicado no DOU de 24.12.2009

ANEXO B: AÇÕES CONDUZIDAS PELO INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL NO SETOR PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO SETOR COMERCIAL SUL

Quadro 4: Ações conduzidas pelo Instituto Cultural e Social No Setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul

Atividades conduzidas pelo Instituto Social e Cultural No Setor para a população em situação de rua do Setor Comercial Sul				
	Ação	Descrição da ação	Período de atividade	Retorno para a comunidade
Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e encaminhamentos para os serviços públicos e os prestados pela sociedade civil.	Banheiro Público do SCS	O Banheiro Comunitário do Setor Comercial Sul é uma iniciativa para promover a igualdade de acesso e a inclusão social as pessoas que circulam no território do Setor Comercial Sul	2020 -	Promoção do acesso da população vulnerável a necessidades básicas de saúde, higiene, garantia de direitos e geração de renda
	Busca Ativa	A ação consiste em transitar no território do Setor Comercial Sul para captar demandas da população em situação de rua e realizar articulações e encaminhamentos a instituições de garantias de direitos e/ou de saúde mental e geração de renda (por exemplo, Centro Pop, Caps referenciados ao território, Defensoria Pública, Unidades Básicas de Saúde, etc)	2020 -	Acompanhamento da população em situação de rua no processo de elaboração de suas demandas e de acesso a serviços ou ações que promovam a satisfação de suas necessidades básicas
	Assembleia Semanal	Em 2021 foram realizadas assembleias sobre processos judiciais para explicar aos interessados os procedimentos jurídicos e as possibilidades decorrentes disso	2021 - 2021	Acesso à informação e garantia dos direitos a recuperação de seus pertences
	Gestão de Doações	Foram realizadas campanhas de arrecadação de agasalhos e cestas básicas	2020 -	As doações arrecadadas foram distribuídas a outros coletivos como o Movimenta DF e o Projeto Dividir, e a ambulantes, flanelinhas e pessoas em situação de rua que têm vinculação com o território do Setor Comercial Sul.
	Assessoria Jurídica e de Comunicação	O Instituto disponibiliza profissionais de assessoria jurídica e de comunicação a realizar atendimentos, buscar a garantia de seus direitos e produzir denúncias com relação à	2020 -	A assessoria jurídica ainda atua nos casos de recolhimento de pertences em 2020 e em casos individuais ao longo de

		realidade social e cultural		2021.
Realização de ações que promovam o acesso à cultura, lazer e bem estar.	Feira No Setor	A Feira No Setor é um evento de economia criativa realizado na Galeria dos Estados, um espaço central da capital	2021 - 2024	Promoção do lazer e atividades culturais
	Setor de Capacitação Social	O Setor de Capacitação Social é uma plataforma de profissionalização focada em grupos em situação de vulnerabilidade econômica e social. Seu objetivo é qualificar e reintegrar esses grupos nos segmentos da cadeia produtiva da economia criativa e cultural, promovendo a geração de renda e resgatando a dignidade através do trabalho	2022 - 2024	Formação de quatro pessoas em situação de rua nos cursos de Limpeza e Manutenção de Eventos, que trabalharam no Setor Carnavalesco Sul
	Setor Carnavalesco Sul	Essa iniciativa tem como objetivo acolher e oferecer estrutura e apoio para blocos carnavalescos de diferentes tamanhos e características. A plataforma busca promover a diversidade cultural, a expressão artística e a participação da comunidade nessa festividade tão importante	2018 -	Geração de renda para vendedores ambulantes e para os estudantes do Setor de Capacitação Social que trabalharam no evento
	Eventos Comemorativos	O No Setor, em datas comemorativas como dia das mulheres, Natal e Ano Novo, realiza ações que visam promover, junto a parceiros da sociedade civil, o acesso da população em situação de rua a momentos coletivos de bem estar e união. São realizados, ainda, eventos de fechamento de processos, como cerimônias de homenagem a pessoas da população em situação de rua que faleceram	2020 -	Fortalecimento de vínculos e promoção do acesso a momentos coletivos e de bem estar e união
	SCS Tour e Cinema ao ar livre	As atividades de tour eram realizados por pessoas em situação de rua para geração de emprego e renda, e o cinema acontecia para atividade de lazer da comunidade	2022	Promoção do acesso ao lazer e geração de renda
	Apoio no processo de inserção da população em situação de rua em espaços	Mesmo que ocorra esporadicamente, o Instituto No Setor atua como mediador entre a população em situação de rua e alguns espaços que são abertos ao público em geral, mas que ainda encontram dificuldades em promover essa acessibilidade à população em	2022 -	No início de 2023, o Instituto foi provocado a acompanhar a população em situação de rua na visita a uma exposição que ocorreu no próprio Setor Comercial Sul.

	culturais.	situação de rua		
Realização de atividades que promovam o acesso à informação e/ou a convivência pacífica de diversos atores sociais que vivenciam o território do Setor Comercial Sul.	Futebol Golzinho	Realizados por voluntários do Instituto, o Futebol Golzinho é uma ferramenta para fortalecimento de vínculos, construção de autonomia e autocuidado e uma maneira de redução de danos inerentes à situação de vulnerabilidade, com intuito de provocar reflexão e mudanças nas relações comunitárias	2021 - 2024	Fortalecimento de vínculos e promoção do acesso a atividades de lazer, a momentos coletivos, de bem estar e união
	Horta Urbana	Horta criada com o intuito de incentivar a construção de autonomia, autocuidado e uma maneira de redução de danos inerentes à situação de vulnerabilidade ou ao uso de substâncias psicoativas, além de provocar reflexão e mudanças nas relações comunitárias	2021 - 2022	Com a reforma da quadra 5 do Setor Comercial Sul, a Horta Comunitária No Setor foi desativada. Hoje uma praça está sendo construída no lugar. A dificuldade de contatar o governo do estado para realizar uma negociação, outros espaços estão sendo buscados para a efetivação da prática. No entanto, atualmente, em 2025, com o apoio e manutenção, o Instituto Aroeiras faz o cuidado da horta comunitária, focada no autocuidado e redução de danos.
	Plantão Psicológico	O estágio em Plantão Psicológico possibilita um pronto atendimento aberto e ampliado à comunidade em seu próprio território. Inclui, portanto, além da população em situação de rua, ambulantes, comerciantes e transeuntes do Setor Comercial Sul, onde é realizada a escuta da demanda imediata, acolhendo a angústia e o sofrimento da pessoa e sua coletividade	2022 - 2024	O estágio vem ocorrendo desde o início de 2022 e conta com a presença de dois grupos de alunos duas vezes por semana durante duas horas.
	Roda de Capoeira	A roda de capoeira foi executada durante o segundo semestre de 2022 nas quartas feiras pela manhã. Contudo, apesar dos esforços em chamar a população em situação de rua, houveram poucas participações ao longo do semestre, e findou ainda em dezembro de 2022. Foi realizada por um voluntário instrutor de capoeira	2022 - 2022	

	Ateliê Aberto	Atividade de produção de artes baseada em dinâmicas sugeridas pelas facilitadoras ou pelos participantes. O Ateliê foi executado até o fim de novembro por voluntárias que se dispunham a ir todas as terças feiras ao território. O objetivo de realizá-lo em espaço aberto era o de possibilitar a vivência do próprio território, e alcançar um número maior de pessoas	2022 -	Participação da comunidade do Setor Comercial Sul com geração de trabalhos artísticos que serão expostos ao final de cada período
--	---------------	--	--------	---